



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU



MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA

**CASA DELAS: Uma proposta de casa abrigo para mulheres em situação de  
violência em São Luís - MA**

São Luís – MA

2023

MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA

**CASA DELAS: Uma proposta de casa abrigo para mulheres em situação de  
violência em São Luís – MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento

Co-Orientadora: Giovanna Jansen Duailibe

São Luís – MA

2023

Universidade Estadual do Maranhão. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA

S725c

SOUSA, Maria Eduarda Everton Durans.

Casa Delas: uma proposta de casa abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís – MA. / Maria Eduarda Everton Durans Sousa. – São Luís, 2023.

85 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento.

Coorientadora: Profa. Dra. Giovanna Jansen Duailibe.

1. Casa Abrigo. 2. Mulher. 3. Violência. 4. São Luís. I. Título.

CDU: 725.5(812.1)

MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA

**CASA DELAS: Uma proposta de casa abrigo para mulheres em situação de  
violência em São Luís – MA**

Monografia apresentada ao Curso de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Estadual do Maranhão como requisito  
para obtenção do grau de bacharel em  
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: São Luís, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento (Orientadora)**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo – ULisboa (PT)

---

**Prof. Dra. Giovanna Jansen Duailibe (Avaliadora Interna)**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo – ULisboa (PT)

---

**Prof. Ma. Nikole Melo de Mendonça (Avaliadora Externa)**

Doutoranda em Design - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (PT)

"A violência, sob qualquer forma que se manifeste, é um fracasso".  
Jean-Paul Sartre.

## **RESUMO**

A desigualdade de gênero presente na modernidade é herança de uma sociedade patriarcal, na qual o poder de escolha dos homens sobrepunha-se ao das mulheres. Tal relação de poder vivenciada ao longo da história, resultou na ocorrência de situações de violência contra a mulher, o que é atualmente um problema de saúde pública. Mesmo após a criação de diversos mecanismos para coibir e combater tal tipo de violência por parte do poder público, como a Lei Maria da Penha, ainda se observa um número elevado de denúncias de diversos tipos de violência contra a mulher no Brasil e no estado do Maranhão. Frente ao cenário atual o presente trabalho visou propor, através de um anteprojeto arquitetônico, uma casa abrigo para acolher mulheres e crianças em situação de violência em São Luís - MA. A casa abrigo atua como um equipamento de acolhimento à mulher e seus filhos em situação de vulnerabilidade, na ocorrência principalmente de violência doméstica, em que a vítima necessita deixar a sua residência com intuito de preservar sua vida e integridade até que possa retomar sua vida em segurança. Buscou-se através do projeto, proporcionar uma arquitetura humanizada e acolhedora, visando o bem-estar de seus usuários e dessa forma minimizar possíveis danos psicológicos ocasionados após quaisquer traumas.

Palavras-chave: Casa Abrigo. Mulher. Violência. São Luís.

## **ABSTRACT**

The gender inequality present today is a legacy of a patriarchal society, in which the power of choice of men overlapped that of women. This power relationship experienced throughout history has resulted in the occurrence of situations of violence against women, which is currently a public health problem. Even after the creation of several mechanisms to curb and combat such violence by the public authorities, such as the Maria da Penha Law, there is still a high number of complaints of various types of violence against women in Brazil and in the state of Maranhão. Faced with the current scenario, this work seeks to propose, through an architectural preliminary project, a shelter to welcome women and children in situations of violence in São Luís-MA. The shelter house acts as a reception equipment for women and their children in situations of vulnerability, in the occurrence mainly of domestic violence, in which the victim needs to leave her residence in order to preserve her life and integrity until she can resume her life in safety. The project seeks to provide a humanized and welcoming architecture, aiming at the well-being of its users and thus minimizing possible psychological damage caused after any trauma.

Keywords: Shelter. Women. Violence. São Luís.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Denúncias de violência contra a mulher no segundo semestre de 2022.....	19
Figura 2 - Segurança em Números.....	21
Figura 3 - Ciclo do Abuso.....	24
Figura 4 - Maria da Penha Maia.....	25
Gráfico 1 - Femicídios e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por tipo de local do crime, Brasil.....	22
Figura 5 - Casa da Mulher Brasileira.....	27
Figura 6 - Casa da Mulher Brasileira – Programa mulher, viver sem violência..	32
Figura 7 - 3D da Casa da Mulher Brasileira contendo sua respectiva setorização.....	34
Figura 8 - Fluxograma do Acolhimento e Triagem em casos de violência.....	35
Figura 9 - Fluxograma do Alojamento de Passagem.....	36
Figura 10 - Localização Casa da Mulher Brasileira – São Luís, MA.....	37
Figura 11 - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel.....	38
Figura 12 - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel.....	39
Figura 13 - Planta de Layout - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel..	40
Figura 14 - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México .....	41
Figura 15 - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.....	41
Figura 16 - Planta baixa do Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México..	42
Figura 17 - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México .....	43
Figura 18 - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México .....	43
Figura 19 - Recorte sem escala do Mapa de Zoneamento Municipal – 1992, contendo a ZR8.....	46
Figura 20 - Legislação Edificações ZR8.....	46
Figura 21 - Tabela de Afastamentos.....	47
Figura 22 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.....	48
Figura 23 - Medidas mínimas de um sanitário acessível.....	48
Figura 24 - Mapa – Município de São Luís.....	50
Figura 25 - Situação do local de intervenção.....	51
Figura 26 - Mapa de Origem da ocupação de São Luís.....	51
Figura 27 - Mapa de padrão da ocupação de São Luís.....	52
Figura 28 - Indicação da Vista 01.....	53
Figura 29 - Vista 01.....	54

Figura 30 - Indicação da Vista 02.....	54
Figura 31 - Vista 02.....	55
Figura 32 - Indicação da Vista 02.....	55
Figura 33 - Vista 03.....	56
Figura 34 - Mapa de tipos de esgotamento sanitário em domicílios particulares permanentes.....	57
Figura 35 - Mapa de formas de abastecimento de água em domicílios particulares permanentes.....	58
Figura 36 - Equipamentos Públicos e Vias.....	58
Figura 37 - Equipamentos Hospitalares no entorno.....	59
Figura 38 - Uso e Ocupação do solo.....	60
Figura 39 - Topografia do entorno.....	61
Figura 40 - Rosa dos ventos São Luís - MA: Frequência de ocorrência dos ventos.....	61
Figura 41 - Levantamento do local de intervenção.....	62
Figura 42 - Fluxograma.....	71
Figura 43 - Plano de Manchas – Pavimento térreo.....	72
Figura 44 - Plano de manchas – 1º pavimento.....	73
Figura 45 - Estudo de Volumetria.....	73
Figura 46 - Vista da fachada externa.....	75
Figura 47 - Vista da fachada interna.....	76
Figura 48 - Vista da circulação principal.....	77
Figura 49 - Vista interna para o bloco infantil.....	77
Figura 50 - Vista interna para o bloco principal.....	79
Figura 51 - Vista interna para o bloco principal.....	79
Figura 52 - Pátio Interno.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Medidas de enfrentamento à violência de gênero adotadas pelos países na pandemia.....	23
Tabela 2 - Recursos Humanos - Casa Delas.....	66
Tabela 3 - Setor de apoio.....	66
Tabela 4 - Setor administrativo. ....	67
Tabela 5 - Setor de atendimento.....	68
Tabela 6 - Setor infantil.....	68
Tabela 7 - Setor de atividades... ..	69
Tabela 8 - Setor de serviço... ..	69
Tabela 9 - Setor de abrigamento.....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT -	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
CFTV -	Circuito Fechado de Televisão
CMB -	Casa da Mulher Brasileira
CVLI -	Crimes Violentos Intencionais Letais
CVNLI -	Crimes Violentos Intencionais Não Letais
DEAM -	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IMP -	Instituto Maria da Penha
INCID -	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.
MEC -	Ministério da Educação e Cultura.
OMS -	Organização Mundial da Saúde
ONDH -	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
SPM -	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UPA -	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b> .....	17
<b>2.1 A sociedade patriarcal e as suas heranças</b> .....	17
<b>2.2 A mulher como vítima</b> .....	18
<b>2.3 O aumento da violência doméstica na pandemia do covid-19</b> .....	20
<b>2.4 O ciclo do abuso</b> .....	23
<b>2.5 A lei Maria da Penha</b> .....	25
<b>2.6 A violência contra a mulher no Maranhão</b> .....	26
<b>2.7 Síntese do capítulo</b> .....	28
<b>3 ESTUDO DA ARQUITETURA</b> .....	30
<b>3.1 A humanização de espaços na arquitetura</b> .....	30
<b>3.2 Estudos de casos: projetos</b> .....	31
3.2.1. Casa da Mulher Brasileira .....	31
3.2.2 Abrigo para vítimas de violência doméstica em Israel.....	38
3.2.3. Refúgio para mulheres vítimas de violência no México .....	40
<b>3.3 Síntese do capítulo</b> .....	44
<b>4 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E NORMATIVAS</b> .....	45
<b>4.1 A Lei N° 3.253/1992 – Lei de Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís – MA</b> .....	45
<b>4.2 Norma Brasileira de Acessibilidade - ABNT NBR 9050/2020</b> .....	47
<b>5 ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO</b> .....	49
<b>5.1 Local de Intervenção</b> .....	49
5.1.1. A cidade .....	49
5.1.3. O bairro .....	51
<b>5.2 Análise do Entorno</b> .....	52
5.2.1. Levantamento do entorno.....	53
5.2.2 Serviços e Equipamentos Públicos.....	56
5.2.3 Uso e ocupação do solo do entorno imediato.....	59
<b>5.3 Condicionantes Naturais</b> .....	60
<b>6 CASA DELAS</b> .....	63
<b>6.1 Diretrizes projetuais</b> .....	63
<b>6.2 Programa de necessidades e Pré-Dimensionamento</b> .....	65
<b>6.3 Estudo de fluxos – Fluxograma</b> .....	70

<b>6.4 Setorização .....</b>	<b>71</b>
<b>6.5 Memorial justificativo.....</b>	<b>73</b>
<b>6.6 Anteprojeto .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a mulher foi privada de exercer diversos papéis na sociedade, como participar na política e possuir acesso à educação formal. Desse modo, elas eram submetidas ao poder de decisão dos homens de sua família, sejam eles pais, maridos ou filhos. Tal submissão das mulheres e conseqüente dominação do sexo masculino desencadeou na desigualdade de gênero, expressada atualmente pela herança de uma cultura patriarcal, resultando em um problema atual de saúde pública, que é a violência contra a mulher.

A violência contra a mulher no mundo e no Brasil não é algo novo. Entretanto, chamam atenção os índices de violência principalmente após o isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19. Segundo dados obtidos na pesquisa "Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil", encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e realizada pelo Datafolha nos anos de 2019, 2021 e 2023, pode-se observar durante esses anos, uma crescente no número de mulheres brasileiras acima de 16 anos que sofreram algum tipo de violência (FBSP, 2019; FBSP, 2020; FBSP, 2021).

A cidade de São Luís - MA conta atualmente com um centro de referência para as mulheres em situação de violência: a Casa da Mulher Brasileira, que presta serviço de atendimento e acolhimento temporário às vítimas, e uma casa abrigo do Tribunal da Justiça do Maranhão (TJMA), que acolhe as mulheres fragilizadas durante um prazo maior. Entretanto após a realização de uma visita à casa abrigo, pode-se observar que esta possui a capacidade para apenas doze (12) abrigados, incluindo mulheres e crianças. Frente aos índices de violência no Brasil e no Maranhão, observa-se uma carência de equipamentos assistenciais que atendam com plenitude, a quantidade de vítimas de violência de forma integral, resultando na fragilidade no sistema de enfrentamento de tal problema.

Considerando o cenário atual e levando em conta os índices elevados de violência contra a mulher, a CASA DELAS poderá somar com a oferta de seus serviços e estrutura, propondo um espaço com arquitetura humanizada que proporcione acolhimento digno às mulheres, de forma a atender as necessidades dessa parcela da população em situação de vulnerabilidade bem como de suas crianças. Visando, assim, assisti-las até que tenham condições psicológicas, emocionais e financeiras para retomar sua vida com segurança e dignidade.

O interesse pelo presente projeto originou-se por uma comoção pessoal, ao ver o sofrimento de mulheres que permanecem em situação de violência, por muitas vezes não possuírem o apoio adequado e os meios necessários para que possam romper este ciclo.

Desta forma, tem-se como objetivo geral desta monografia propor um anteprojeto de uma casa abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís – MA, visando uma arquitetura acolhedora e humanizada para os seus usuários. Para isso, busca-se entender o contexto atual de violência contra a mulher no Brasil, especialmente em São Luís, coletando dados para elaboração do trabalho; analisando projetos referenciais destinados a atender e acolher mulheres em situação de violência e entendendo no que consiste uma arquitetura humanizada, de forma a aplicá-la no referido anteprojeto.

A metodologia do presente trabalho se deu com base na leitura de artigos científicos e em estudo de teóricos como Simone de Beauvoir (1949) e Gerda Lerner (2019). Assim, foi realizado um estudo exploratório bibliográfico a fim de apresentar uma breve contextualização da figura das mulheres através do contexto histórico da desigualdade dos sexos, sendo esta a principal fomentadora da violência. A fim de compreender o contexto atual da violência contra a mulher no Brasil e em São Luís, foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica utilizando-se de artigos, dados fornecidos através de pesquisas de instituições e órgãos competentes.

Através de uma pesquisa documental utilizando-se de informações contidas em documentos oficiais do governo, e da realização dos estudos de casos de projetos de edificações destinadas a acolher e atender mulheres em situação de violência, foi possível compreender as necessidades das mulheres vítimas, e a consequente elaboração de um programa para o projeto em questão. Mediante à uma pesquisa exploratória bibliográfica por meio de artigos e livros foi possível compreender de que forma é possível projetar uma arquitetura acolhedora e humanizada.

O presente estudo foi estruturado em cinco capítulos, no qual o primeiro capítulo busca apresentar uma contextualização histórica sucinta da violência contra a mulher e um breve panorama da situação da mulher atualmente, contemplando índices de violência atuais, estudos teóricos sobre a temática bem como a legislação brasileira vigente. No segundo capítulo, é abordado a respeito da humanização de espaços e a importância de projetar uma arquitetura que priorize o bem-estar dos seres humanos, concomitantemente, foram realizados estudos de casos de projetos com temática similar a fim de compreender

as necessidades abordadas, fluxo entre ambientes e escolhas arquitetônicas. Aborda-se no terceiro capítulo questões que tangem a respeito de normativas e da legislação local.

Já no quarto capítulo, é apresentado o local de intervenção escolhido para o desenvolvimento do presente trabalho, e conseqüentemente é realizada uma análise do local e do seu entorno, no que tange à presença de equipamentos urbanos, fornecimento de serviços e demais condicionantes. Por fim, no quinto capítulo, apresentam-se as diretrizes projetuais do trabalho, e o desenvolvimento do anteprojeto com seu respectivo programa de necessidades, fluxograma, plano de manchas, memorial justificativo e anteprojeto, produto do trabalho em questão.

## **2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Este capítulo apresentará uma breve contextualização histórica de como a submissão feminina na sociedade patriarcal, influenciou na violência contra a mulher observada atualmente. Em seguida, será abordado o fato de que as mulheres possuem uma maior probabilidade de sofrer um ato violento dentro de suas residências, por alguém que conhecem, sendo o agressor, na maioria dos casos, o parceiro com quem a vítima mantém um vínculo afetivo.

Além disso, serão expostos dados de violência contra a mulher atualmente, e abordada sobre a questão do aumento da violência doméstica com a pandemia do Covid-19, além da teoria do “Ciclo do Abuso”, elaborada pela psicóloga Lenore E. Walker e a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, um dos principais instrumentos de combate à violência doméstica e familiar atualmente no Brasil. Por fim, serão levantadas informações a respeito da violência contra a mulher no estado do Maranhão e em São Luís e, os serviços de acolhimento e atendimento disponíveis para esta população.

### **2.1 A sociedade patriarcal e as suas heranças**

Durante muito tempo, desde civilizações primitivas, a mulher desempenhou papéis principalmente relacionados à maternidade e aos trabalhos domésticos. Apesar de tais serviços se configurarem como tarefas complexas e importantes para a vida da sociedade, não foi observada uma grande valorização dos feitos femininos, ao longo desses anos, fato evidenciado pelos poucos registros existentes sobre a história das mulheres (BEAUVOIR, 1949).

Tem-se então, ao decorrer dos séculos, a prevalência de uma sociedade patriarcal, ou seja, uma sociedade na qual o poder de escolha dos homens sobrepõe-se ao das mulheres, prevalecendo dessa forma, a dominância do sexo masculino através dessa relação de poder.

Assim, o sistema patriarcal se manteve, sustentando a submissão das mulheres, por meio de leis instituídas pelo estado, através da força biológica dos homens e da dependência econômica das mulheres (LERNER, 2019). De acordo com Lerner (2019, p. 21), “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis”. Nesse modelo de sociedade

prevalecem as relações de poder dos homens sobre as mulheres, ficando estas submissas e, portanto, mais vulneráveis à diversos tipos de violência.

A dominação masculina e a conseqüente submissão das mulheres ao poder de decisão dos homens de sua família, sejam eles seus pais, maridos ou filhos, se fizeram presentes durante grande parte da história, como afirma Beauvoir (1949, p. 92):

Ela (a mulher) se encontra sempre sob a tutela dos homens, a única questão consiste em saber se após o casamento ela fica sujeita à autoridade do pai ou do irmão mais velho – autoridade que se estenderá também aos filhos – ou se ela se submete a partir de então, à autoridade do marido.

Dessa forma, a desigualdade de gênero, vivenciada atualmente, não é nada menos que a herança de uma sociedade patriarcal que perdurou durante séculos, omitindo e desconsiderando vontades, pensamentos e feitos das mulheres. Mesmo após anos de luta pelo direito das mulheres e por igualdade de gênero, a desigualdade ainda é recorrente, sendo considerada uma das principais fomentadoras da violência contra a mulher, o que consiste em um problema de saúde pública.

## 2.2 A mulher como vítima

Há tempos na história o ser humano preocupa-se em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social (MINAYO, 1994). Entretanto, por mais que hoje em dia compreenda-se as motivações para alguns atos violentos, o que se observa é a atenuação das formas de violência, e não a eliminação de sua ocorrência em sociedade.

Atualmente, as diferentes manifestações de violência refletem diretamente nas questões de saúde pública uma vez que podem afetar a integridade física e psicológica do indivíduo, além de representar uma forma de violação dos direitos humanos. A violência contra a mulher é um tipo de violência caracterizada como violência de gênero e tem como sua principal motivação o gênero do indivíduo. Masullo *et al.* (2019, p. 8), afirmam que “a violência contra a mulher está ligada a fatores históricos, onde a mulher é vista como inferior ao homem”.

Um estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC (UNODC, 2019b), concluiu que pessoas do sexo masculino possuem maior probabilidade de sofrer um ato violento ou homicídio, por alguém que não conhecem, através de diferentes motivações, como questões políticas, consumo de drogas e álcool.

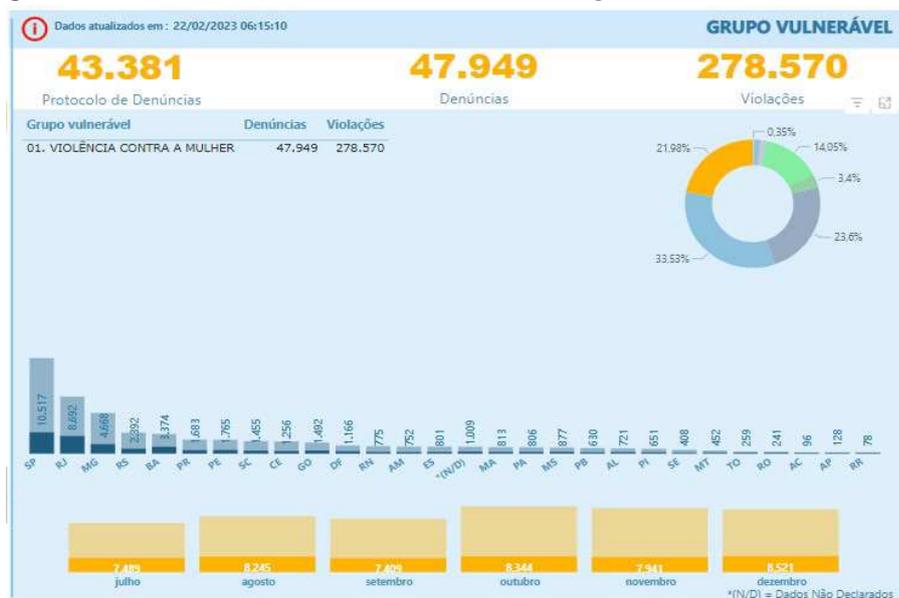
No entanto, as mulheres têm maior probabilidade de serem vítimas de um ato violento ou de homicídio por pessoas próximas, em muitos dos casos, por parceiros ou familiares.

Nesse sentido, o ambiente do lar, que deveria ser um local de acolhimento, paz e sossego, acaba se tornando um lugar de abuso, opressão e medo. De acordo com a UNODC (2019), a morte de pessoas por parceiros íntimos na maioria dos casos não resulta de um ato espontâneo, mas sim da culminação da violência relacionada ao gênero, enraizada em relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

Apesar da mortalidade masculina ser bastante superior à feminina, em decorrência dos modelos culturais de masculinidade, os óbitos entre mulheres ocorrem principalmente no ambiente familiar, por causa de agressão perpetrada por conhecidos. (MASULLO *et al.*, 2019)

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), foi um instrumento criado para que a população possa registrar quaisquer reclamação e denúncia de violação dos direitos humanos, incluindo formas de violência contra a mulher. De acordo com o painel de dados desta ouvidoria, as informações apontam que somente no segundo semestre do ano de 2022, tenham sido registradas 47.949 denúncias de violência contra a mulher no Brasil (Figura 1), totalizando 91.284 denúncias no ano. Tal recorrência elevada deste tipo de violência chama atenção e preocupa, considerando que as vítimas podem estar inseridas em uma situação de elevado risco.

**Figura 1** - Denúncias de violência contra a mulher no segundo semestre de 2022.



Fonte: Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2023.

### 2.3 O aumento da violência doméstica na pandemia do covid-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Dentre as medidas de proteção e prevenção da disseminação do vírus recomendadas pela OMS, estava o isolamento social em casos de contaminação, e o distanciamento social, as quais foram durante meses, as principais estratégias de combate ao vírus enquanto os estudos para a elaboração de uma vacina avançavam.

A partir do isolamento social, a maior parte população precisou fazer uma grande mudança na rotina, isto é, seus trabalhos eram realizados em regime de *home office* (do inglês, trabalhar em casa – tradução da autora), compras de alimentos feitas por meio de aplicativos, e seus filhos, impossibilitados de frequentar creches e escolas, passavam a maior parte do dia em suas casas, com os pais.

Nesse cenário, no primeiro ano de pandemia, os índices de feminicídio e violência contra a mulher aumentaram de forma considerável, em relação aos do ano anterior. De acordo com Sousa *et al.* (2021) “os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril do ano de 2020, em 12 estados do país, comparativamente ao ano de 2019.”. Percebeu-se, então, que a crise sanitária causada pela pandemia e as formas de enfrentamento do vírus, foram fatores decisivos para o aumento da violência contra a mulher, deixando-as mais expostas a situações de risco.

Milhares de mulheres que já experimentavam tão terrível situação em períodos anteriores, viram essa realidade agravar-se em razão do novo contexto gerado pelo regime de isolamento social, que embora eficaz do ponto de vista sanitário, impôs a elas um tipo de convívio muito mais intenso e duradouro junto a seu agressor, em geral seu parceiro. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Figura 2 - Segurança em Números.



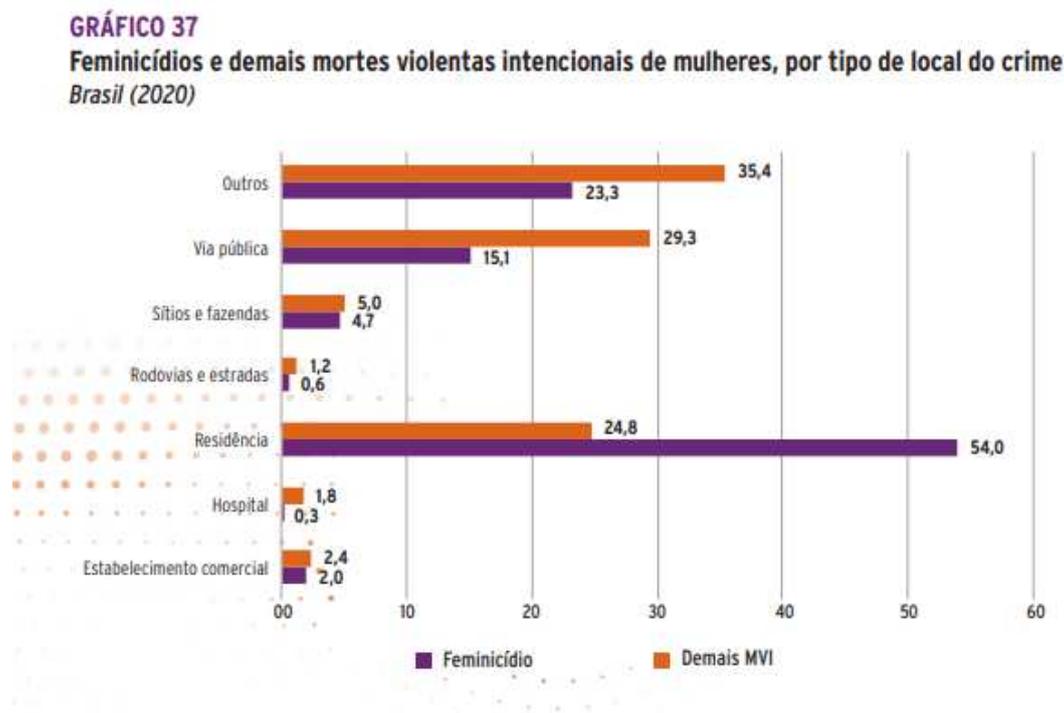
Fonte: FBSP, 2020.

Segundo dados da pesquisa "Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil", encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e realizada pelo Datafolha no ano de 2019, concluiu-se que no ano de 2018, o total de mulheres brasileiras acima de 16 anos que sofreram algum tipo de violência, chegou a 16 milhões (FBSP, 2019). Ao realizar a mesma pesquisa em relação ao primeiro ano da pandemia, a quantidade de mulheres que sofreram algum tipo de violência entre março de 2020 e março de 2021 totalizou 17 milhões (FBSP, 2021). Atualmente, ainda se observa uma crescente em tal número, ao analisar a mesma pesquisa realizada no ano de 2023, que constatou que o número de mulheres vítimas aumentou, alcançando 18,6 milhões (FBSP, 2023).

Para muitas mulheres, as medidas emergenciais necessárias para lutar contra o Covid-19 aumentaram o trabalho doméstico e o cuidado com crianças, idosos e familiares doentes. Marques *et al.* (2020) concluíram que “restrições de movimento, limitações financeiras e insegurança generalizada também encorajam os abusadores dando-lhes poder e controle adicionais.”. Assim, o lar, que deveria se configurar como um local de segurança e refúgio, torna-se um lugar de medo, perpetuação e intensificação da

violência. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública constatou em suas pesquisas, que metade das vítimas de feminicídio em 2020, morreram dentro de casa (gráfico 1).

**Gráfico 1** - Feminicídios e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por tipo de local do crime, Brasil.



Fonte: FBSP, 2020.

A questão do aumento da violência de gênero no período da pandemia, não ocorreu somente em escala nacional, mas sim, mundial. No Brasil, observou-se uma escassez de estratégias no enfrentamento de tal problemática, o que tornou a situação de violência doméstica e familiar mais complicada para as vítimas. Já em países como França, Itália, Espanha, Uruguai e Argentina, foram criadas medidas de combate à tal tipo de violência no período citado, no qual pode-se notar um grande empenho da França e Espanha no enfrentamento à violência de gênero, como foi demonstrado na tabela a seguir elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (Tabela 1).

Tabela 1 - Medidas de Enfrentamento à Violência de Gênero Adotadas pelos países na pandemia.

QUADRO 01: MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO ADOTADAS PELOS PAÍSES NA PANDEMIA						
Recomendações da ONU	França	Itália	Espanha	Uruguai	Argentina	Brasil
<b>Criação de abrigos temporários para vítimas de violência de gênero</b>	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência doméstica	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência doméstica	Transformação de quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência doméstica	-	-	-
<b>Estabelecimento de serviços de alerta de emergências em supermercados e farmácias</b>	Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras	-	Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras	-	Criação de centros de aconselhamentos em supermercados e farmácias para que as mulheres possam fazer a denúncia ao saírem para fazer compras	-
<b>Maiores investimentos em serviços de atendimento online</b>	Expansão dos canais de denúncia telefônica	Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias	Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias; Serviços de apoio e atendimento psicológico à mulheres em situação de violência doméstica por whatsapp	-	-	Criação ou adaptação de aplicativos online para a realização de denúncias; Expansão dos canais de denúncia telefônica
<b>Maiores investimentos em organizações da sociedade civil</b>	Liberação de recursos para organizações da sociedade civil que trabalham no enfrentamento à violência contra a mulher	-	-	-	-	-
<b>Declaração de abrigos e serviços de atendimento à mulher como essenciais</b>	-	-	Declaração dos serviços de atendimento à mulher como essenciais	Declaração dos serviços de atendimento à mulher como essenciais	Declaração dos serviços de atendimento à mulher como essenciais	-

Fonte: FBSP, 2021.

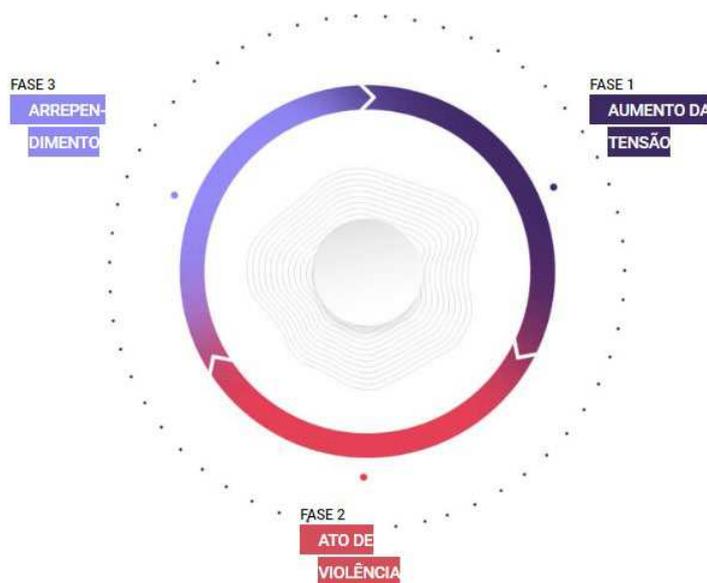
No Brasil, a principal medida de enfrentamento da violência de gênero durante o período da pandemia, foi a expansão dos canais digitais de atendimento, a partir do qual foi ampliado o Disque 100 e Ligue 180 para a modalidade digital, através do aplicativo “Direitos Humanos Brasil” (FBSP,2021). Tal ação teve como principal objetivo facilitar as denúncias em um momento de confinamento, pois, as mulheres muitas vezes não tinham a possibilidade de denunciar de forma discreta.

## 2.4 O ciclo do abuso

Segundo Lenore Walker (1979), o ciclo do abuso consiste em um período de violência doméstica contra a mulher e possui três principais fases: aumento da tensão, ato de violência e arrependimento. A autora, no livro “*The battered Woman*” publicado em 1979, caracteriza a primeira fase como o aumento da tensão, que é quando o agressor fica irritado, e costuma fazer ameaças e ofensas à mulher.

Já na segunda fase, o agressor entra no ápice de sua raiva e descontrole, antecedendo o ato de violência e se materializando em violência física, verbal, moral, psicológica ou patrimonial. Tais agressões, costumam causar danos severos à saúde e vida da mulher (quando esta sobrevive), sendo determinantes para o surgimento de doenças psicológicas como ansiedade e depressão, podendo levar em alguns casos ao suicídio. Na terceira fase, também conhecida como “lua de mel”, o agressor se mostra arrependido e busca, de diversas formas, a reconciliação, demonstrando-se carinhoso, presenteando a mulher e fazendo promessas de que irá mudar, a fim de reconquistar a confiança e o afeto da vítima. Entretanto, na maioria dos casos o que se observa após a tal “lua de mel”, é o retorno da tensão presente na primeira fase, repetindo assim o ciclo, como é ilustrado na figura abaixo (Figura 3):

**Figura 3 - Ciclo do Abuso.**



Fonte: Instituto Maria da Penha, 2023.

Muitas mulheres não conseguem romper o ciclo do abuso, passando meses e até mesmo anos no mesmo relacionamento abusivo. Existem vários motivos pelos quais as vítimas permanecem nessa situação, dentre eles pode-se citar: a dependência financeira e emocional, a ausência do suporte necessário, o medo do julgamento e a ideia do amor romântico, como concluíram Porto e Bucher-Maluschke (2014, p. 275):

[...] há uma busca de realizar um desejo de viver a promessa do amor romântico, a plenitude possibilitada pelo encontro da metade que promoverá a completude, e para tal lutam para que ocorra a mudança do outro, pois temem as consequências de mudar seu desejo, ou melhor, enfrentar que esse desejo não poderá ser realizado.

Atualmente, a legislação brasileira conta com a Lei Maria da Penha - nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), que tem como principal objetivo combater as diversas formas de violência contra a mulher, prestando o suporte necessário para as mulheres vítimas, auxiliando no rompimento do ciclo do abuso.

## 2.5 A lei Maria da Penha

A Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, foi elaborada à fim de proteger a mulher, prevenindo e combatendo a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei recebeu este nome, em homenagem à Maria da Penha Maia (Figura 4), brasileira que foi vítima de violência doméstica durante vários anos do seu casamento, até a sofrer um ataque com arma de fogo em 1983, pelo seu marido, o que a deixou paraplégica. Penha relatou a tentativa de feminicídio em seu livro “Sobrevivi... posso contar” publicado em 1994:

Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos. Não vi ninguém. Tentei mexer-me, mas não consegui. Imediatamente fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: “Meu Deus, o Marco me matou com um tiro”. Um gosto estranho de metal se fez sentir, forte, na minha boca, enquanto um borbulhamento nas minhas costas me deixou ainda mais assustada. Isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, pois temia que Marco me desse um segundo tiro. (PENHA, 2012, p. 30-31)

A lei em questão, reconhece cinco formas diferentes de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, nas quais, segundo o Art. 6º da lei, constituem uma das formas de violação dos direitos humanos.

**Figura 4** - Maria da Penha Maia.



Fonte: Instituto Maria da Penha, [s.d.].

De acordo com o Art. 7º da lei, a violência física se configura em qualquer ação que ofenda sua saúde ou integridade corporal. A psicológica, caracteriza-se por condutas que prejudiquem a saúde psicológica e a autodeterminação, como limitação do direito de ir e vir. Já a violência sexual entende-se por qualquer ação que induza a manter, presenciar ou participar de uma relação sexual não desejada. A violência patrimonial, consiste em quaisquer danos, retenção, subtração do patrimônio da vítima. E, por fim, a violência moral configura-se em atitudes de difamação, calúnia ou injúria (BRASIL, 2006).

Contém no Art. 35 da lei 11.340 (BRASIL, 2006) medidas nas quais a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar a fim de promover, uma maior segurança às mulheres, combatendo assim à violência doméstica e familiar, podendo-se citar estruturas arquitetônicas como: centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar (Art. 35 inciso I), casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar (Art. 35 inciso II), delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência (Art. 35 inciso III).

A lei 11.340 – Lei Maria da Penha, é um instrumento de grande importância para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além de configurar-se em um grande marco na história do Brasil, é uma vitória fruto da luta feminista, em busca de assegurar a saúde e vida das mulheres vítimas de violência, protegendo-as de agressores que antes permaneciam impunes frente à atos violentos.

Artigo 2º - Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

## **2.6 A violência contra a mulher no Maranhão**

Em São Luís - MA, o principal equipamento urbano existente destinado ao atendimento de mulheres de todo o estado, que se encontram em situação de violência, é a Casa da Mulher Brasileira. Localizada no bairro do Jaracaty, a casa é um dos eixos do decreto nº 11.431/2023 (BRASIL, 2023) que instituiu no Brasil o Programa “Mulher Viver sem Violência”.

**Figura 5 - Casa da Mulher Brasileira**

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão – SSP MA, 2023.

No que tange ao serviço de acolhimento às mulheres em situação de violência, a cidade conta com a casa abrigo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que tem como principal objetivo proteger e acolher as mulheres e seus filhos em risco iminente de morte, concedendo o apoio necessário para que as vítimas consigam romper com o ciclo do abuso e dessa forma, consigam retomar a sua vida em segurança.

Após realizar uma visita à casa abrigo do TJMA, foi observado que o local possui atualmente capacidade máxima para 12 acolhidos (mulheres e crianças). É importante destacar que, de acordo com Masullo *et al.* (2019), em média 42% dos casos de lesão corporal em São Luís, possuem vítimas do sexo feminino, o que reforça a necessidade da existência de um equipamento que atenda uma quantidade satisfatória de mulheres.

Por questões de segurança, optou-se por manter o endereço da casa em sigilo, no entanto, os funcionários da casa demonstraram insatisfação com a localização, por estar em uma área não-residencial, onde há predominantemente o uso comercial.

O imóvel alugado sofreu adaptações para receber as mulheres e crianças em situação de violência. No entanto, não demonstrou ser um ambiente acolhedor e convidativo para a longa permanência, por questões como a limitação de privacidade que os abrigados possuem, sendo estes acomodados em dois alojamentos coletivos com banheiros compartilhados. A casa conta com a presença de poucas áreas verdes, o que limita o contato dos abrigados com a natureza.

A fachada principal da casa possui aberturas para o exterior, o que pode comprometer a privacidade e segurança dos usuários da edificação. Após uma conversa informal com os funcionários da casa, foi mencionado que a segurança do local é

garantida através de três seguranças que alternam o horário de trabalho, câmeras de segurança e solicitações de ronda policial por parte da casa abrigo.

Ademais, a casa possui ambientes para a realização de atividades, como: sala multiuso, brinquedoteca para crianças, playground e, sala de televisão. Também foram observados ambientes destinados aos serviços de manutenção e promoção da infraestrutura da casa, e ambientes para a acomodação de funcionários em sua jornada de trabalho. Porém, a equipe de profissionais não conta com psicóloga, mesmo sendo esta indispensável para a promoção de saúde mental dos abrigados na busca de minimizar os possíveis danos psicológicos causados após o trauma.

Em um estudo realizado por Masullo *et al.*, em 2019, sobre a dinâmica espacial dos crimes violentos em mulheres no município de São Luís – MA foi constatado uma grande dispersão de crimes violentos intencionais letais (CVLI) e crimes violentos intencionais não letais (CVNLI) com vítimas mulheres, em diferentes regiões da cidade. Entretanto, houve maior concentração das ocorrências na área urbana e nos bairros da região do centro da cidade, apesar de ter sido notado que nos anos anteriores à publicação do estudo, iniciou-se uma migração desses crimes para a região rural e áreas na divisa municipal com São José de Ribamar, onde anteriormente, existiam poucos registros de deste tipo de ocorrências. Masullo *et al.* (2019) sugere então que sejam priorizadas ações como a construção de sistemas de assistência social, para o combate e prevenção à violência.

De acordo com matéria da Globo publicada em janeiro de 2023, segundo dados fornecidos pelas delegacias de proteção à mulher, foram contabilizados, até novembro do ano de 2022, 525 prisões de agressores na capital maranhense, que praticaram atos de violência contra a mulher (G1 MA, 2023). Tal número elevado de prisões é alarmante e incompatível com a quantidade de equipamentos urbanos, insuficientes para atender com plenitude tal demanda de vítimas.

## **2.7 Síntese do capítulo**

Em suma, pôde-se concluir neste capítulo que a violência contra a mulher se caracteriza como uma grave violação dos direitos humanos, na qual sua principal fomentadora é a desigualdade de gênero, presente na atualidade como herança de uma sociedade patriarcal. Por conseguinte, foram demonstrados índices e estudos no que tange

à temática e notou-se que dentre as diversas formas de violência contra a mulher, a violência doméstica é a principal, sendo que em diversos casos existe a necessidade de afastamento provisório da vítima de sua casa, a fim de preservar sua vida e dignidade.

Foram apresentados também os estudos de Walker (1979) que defende que os atos de violência doméstica podem ser previstos, pois estes seguem um ciclo de três fases, apresentados em sua teoria do “Ciclo do Abuso”, o qual deve ser rompido para cessar com tal violação dos direitos humanos. Por fim, foi abordada a principal lei brasileira que tem por objetivo criar mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, a Lei Maria da Penha, e outras formas de combate à tais situações, caracterizadas como uma questão de saúde pública. Por fim, foi abordada a situação de violência contra a mulher no estado do Maranhão e em São Luís, e demonstrados os equipamentos disponíveis para o atendimento dessa população.

### 3 ESTUDO DA ARQUITETURA

Neste capítulo serão abordadas questões sobre a humanização de espaços na arquitetura e como a forma de projetar pode influenciar na percepção, vivências e nos sentimentos humanos, que é indispensável para a elaboração de um projeto, no qual o ambiente construído acolherá mulheres vítimas de violência que se encontram, em muitos casos, com a saúde mental e física abaladas. Também serão realizados estudos de casos de projetos que seguem uma linha de temática similar, a fim de compreender quais são os principais pontos levados em consideração em seus partidos, a distribuição dos espaços e conceitos utilizados para elaboração.

#### 3.1 A humanização de espaços na arquitetura

A arquitetura possui uma tarefa mental: acomodar e integrar. Os projetos de arquitetura devem relacionar, mediar e projetar significados, reforçando a identidade pessoal dos indivíduos que nela estão inseridos (PALLASMAA, 2011). Portanto, para projetar uma arquitetura que acomode e integre, é indispensável inserir seus usuários como protagonistas do espaço.

Após estudos na área da neuro arquitetura, Paiva (2018) concluiu que os espaços podem impactar diretamente na forma que nosso cérebro funciona, mesmo que de maneira inconsciente. A autora afirma que, constantemente, nossa retina capta informações do ambiente, e as envia para o cérebro, e dessa forma acontece com todos os outros sentidos: tato, paladar, olfato e audição. Sendo assim, de acordo com Paiva (2018) os espaços e edificações são interpretados pelo cérebro de forma diferente, ou seja, inconscientemente os ambientes podem transmitir aos seres humanos sensações de alerta, desconforto, surpresa, acolhimento ou, nostalgia:

De acordo com a neurociência, a capacidade de processar informações conscientemente é inferior a 1% da capacidade de processamento inconsciente. Isso significa que a maioria dos estímulos afetarão os indivíduos em um nível subconsciente. Portanto, mesmo que as pessoas possam ser afetadas por ela, eles não estarão cientes disso. (PAIVA, 2018, p. 133)

Para idealizar uma arquitetura que consiga proporcionar uma sensação de acolhimento, bem-estar e familiaridade, é essencial colocar os futuros usuários desse espaço em primeira instância ao projetar. Sendo assim, ao pensar em um centro de

acolhimento para mulheres em situação de violência, deve-se levar em consideração a fragilidade, o sentimento de vulnerabilidade e os medos presentes, causados pela situação de estresse traumático dessas mulheres. Levando em conta as necessidades biológicas, sociais e psicológicas dos seres humanos, é possível utilizar a arquitetura como um instrumento de cura e reabilitação, impactando de forma positiva na vida dos indivíduos, ao colocá-los como prioridade no projeto.

Ao projetar uma arquitetura humanizada, ou seja, uma arquitetura que prioriza o bem-estar dos seres humanos, através de soluções de projeto como um dimensionamento de ambientes satisfatório, conforto ambiental, otimização de circulações com passeios dinâmicos, inserção de áreas verdes e a conexão do interior com o exterior, é possível evitar a criação de ambientes desagradáveis e inóspitos e, dessa forma, proporcionar ambientes confortáveis e acolhedores, minimizando assim, no caso do centro de acolhimento para mulheres em situação de violência, os possíveis danos psicológicos causados pela situação na qual elas foram submetidas, por meio de ambientes que acolhem, acomodam, integram e agregam, trazendo consigo, a sensação de lar e de pertencimento ao local.

### **3.2 Estudos de casos: projetos**

Neste tópico, serão realizados alguns estudos de caso acerca de projetos que englobam funções de assistência social para mulheres em situação de violência, a fim de compreender os fluxos utilizados em projeto, os programas de necessidades e setorização da edificação, de modo à auxiliar no projeto desenvolvido no presente trabalho.

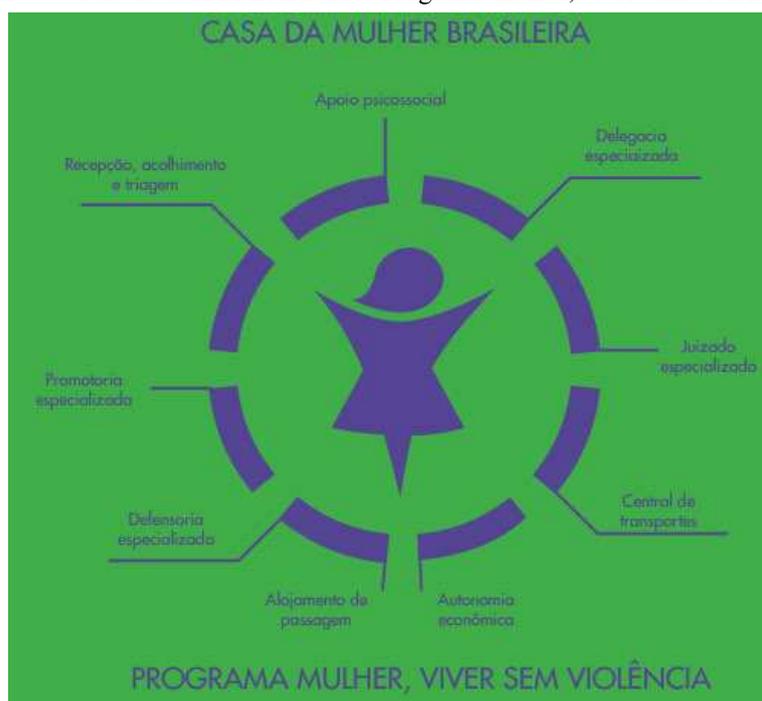
#### **3.2.1. Casa da Mulher Brasileira**

A Casa da Mulher Brasileira (CMB), consiste em um espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência, fazendo parte dos eixos do Decreto nº 11.431/2023 (BRASIL, 2023) que instituiu o Programa Mulher Viver sem Violência no Brasil. Tal programa, foi lançado em 2013 pela presidenta da república Dilma Vana Rousseff e tem como proposta consolidar uma rede de atendimento a mulheres vítimas de violência, através da atuação de instituições, órgãos e serviços públicos. Seu principal objetivo é descrito no trecho abaixo:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa Mulher Viver sem Violência, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. (BRASIL, 2023)

Segundo o decreto em questão, a CMB consiste em um espaço público, onde funciona um centro de referência que reúne os principais meios de atendimento às mulheres em situação de violência, seguindo diretrizes pré-estabelecidas pelo Ministério das Mulheres. Dessa forma, o Decreto nº 11.431 estabelece que cada unidade poderá dispor de: atendimento psicossocial, alojamento de passagem, serviços de promoção da autonomia econômica, integração com serviços da rede de saúde pública e socioassistencial, além do atendimento de órgãos públicos como delegacias da mulher, juizados e varas especializadas, promotorias e setores das defensorias públicas especializados na garantia do direito das mulheres (BRASIL, 2023).

**Figura 6** - Casa da Mulher Brasileira – Programa mulher, viver sem violência.



Fonte: MPMG - Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, 2015.

Os objetivos específicos da CMB, contidos no documento de Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento (MPMG, 2015), elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM (2013), são:

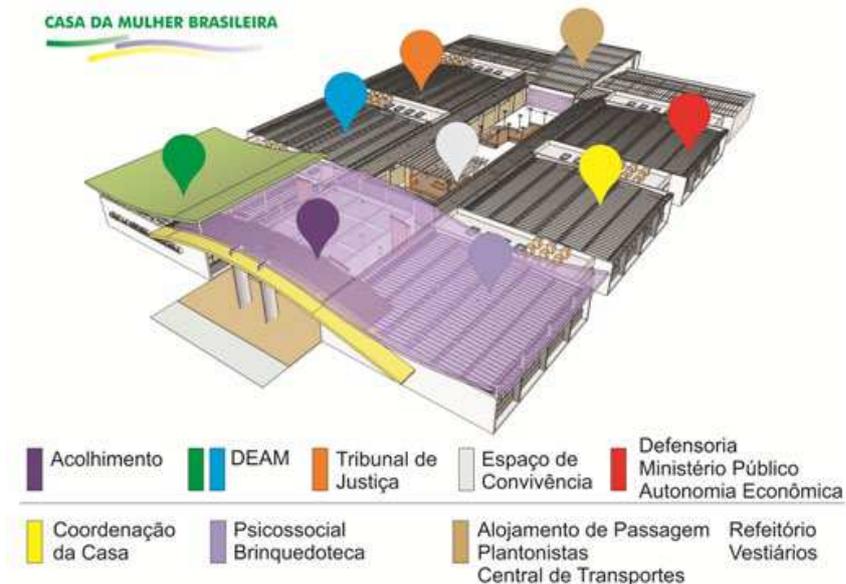
- a) Oferecer às mulheres em situação de violência acolhimento em serviços de referência e atendimento humanizado;

- b) Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres;
- c) Incentivar a formação e a capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres;
- d) Oferecer informação prévia às mulheres quanto aos diferentes e possíveis atendimentos, assegurando sua compreensão sobre o que será realizado em cada etapa, respeitando sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;
- e) Garantir o acesso à justiça às mulheres em situação de violência;
- f) Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos Programas Sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira e o acesso a seus direitos;
- g) Oferecer condições para o empoderamento da mulher, por meio da educação em autonomia econômica;
- h) Oferecer abrigo temporário (até 48h) para as mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte, com possibilidade de encaminhamento à rede de serviços externos;
- i) Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres;
- j) Disponibilizar transporte às mulheres até os serviços de referência que integram a rede de atendimento, quando necessário.

Foram desenvolvidas então, três tipologias para um projeto arquitetônico padrão da CMB, que atendesse as premissas pré-estabelecidas pelas diretrizes gerais do “Programa mulher, viver sem violência”, nas quais pode-se citar a integração espacial dos serviços dentro da Casa, a criação de um espaço aconchegante e seguro para ofertar acolhimento e atendimento humanizado, a redução de custos e a elaboração de uma unidade visual e arquitetônica da Casa em todas as capitais (MPMG, 2013).

Os projetos do centro de referência em questão, foram elaborados pelos arquitetos Marcelo Pontes, Valéria Laval e Raul Holfiger, no qual na primeira tipologia, abordada neste trabalho, propõe uma edificação térrea de aproximadamente 3000 m<sup>2</sup>, dividida em diferentes setores, estes, conectados através de um pátio central, ilustrado a seguir.

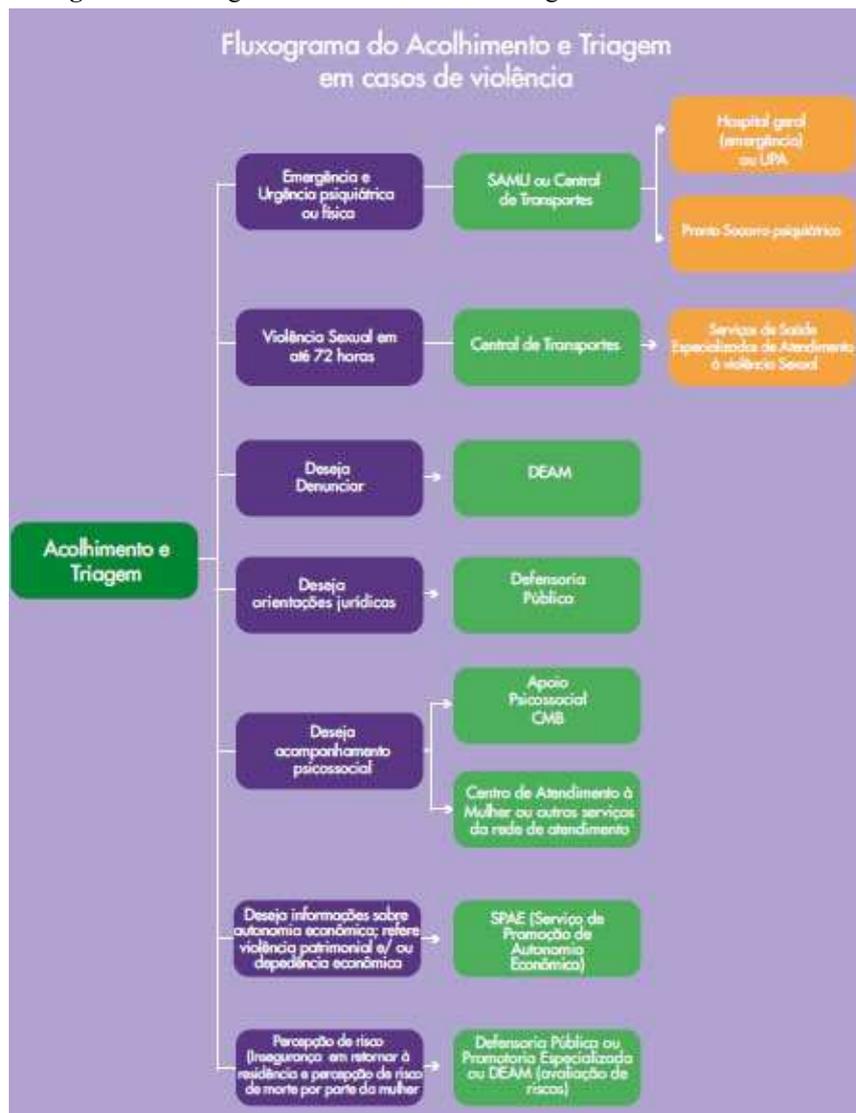
**Figura 7** - 3D da Casa da Mulher Brasileira contendo sua respectiva setorização.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania,2023.

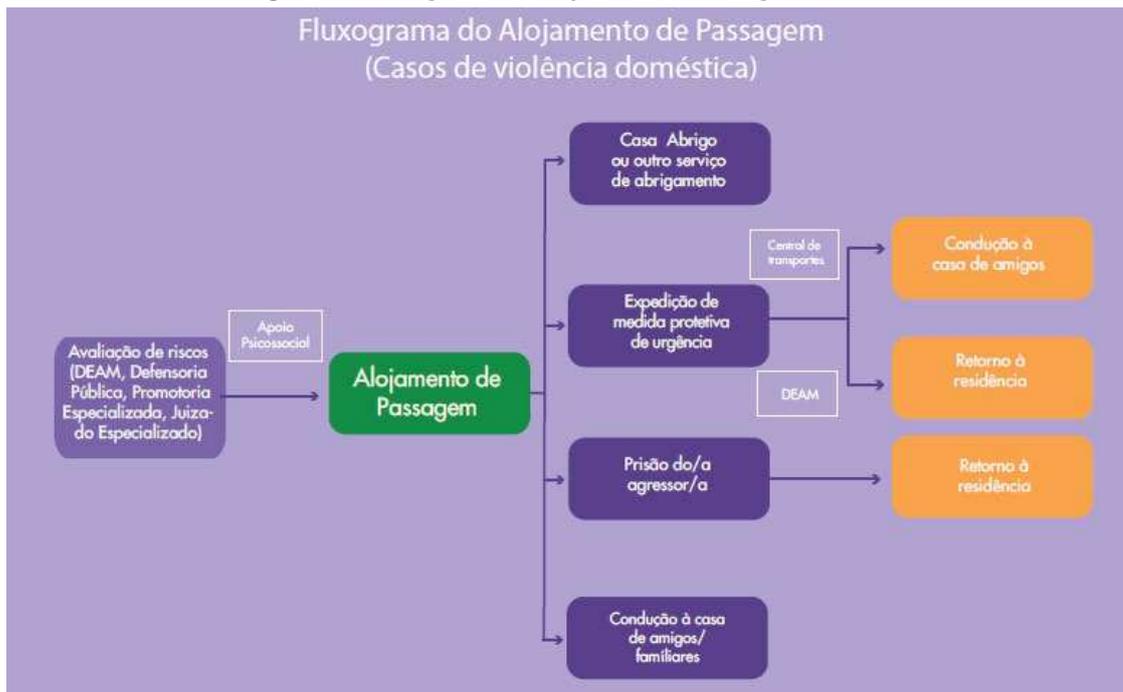
Ao chegar na CMB, a mulher vítima de violência passa pelos serviços de recepção, acolhimento e triagem, que é a primeira etapa do acolhimento humanizado, segundo o documento de Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento. Após a realização desses serviços, a mulher é encaminhada para um setor (DEAM, Defensoria Pública, SPAE ou Apoio Psicossocial) ou uma instituição (Hospital ou UPA) que melhor lidará com a sua situação em específico, como pode-se observar o fluxograma de acolhimento e triagem, na Figura 5.

**Figura 8** - Fluxograma do Acolhimento e Triagem em casos de violência.



Fonte: MPMG - Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, 2015.

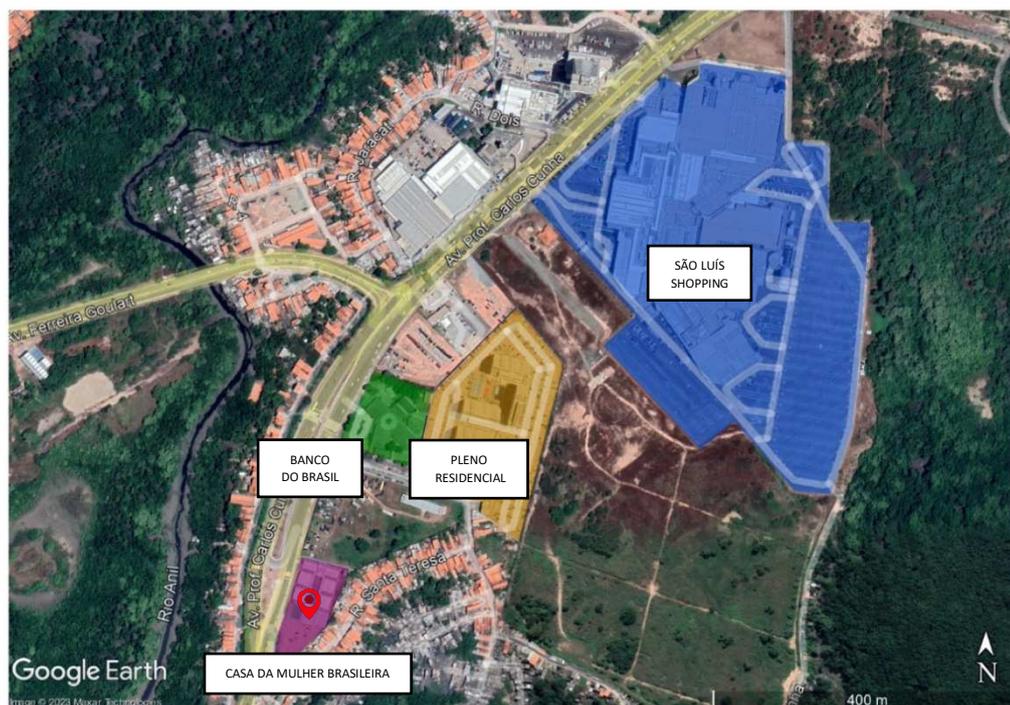
Em casos de violência doméstica, quando há necessidade de a mulher se afastar do seu lar por certo tempo, ela poderá permanecer até 48h, preferencialmente, no alojamento de passagem da Casa da Mulher Brasileira. Após excedido esse tempo, a vítima poderá ser encaminhada para uma casa abrigo, cuja principal função é a proteção dessas mulheres em situação de violência, que estão em risco iminente de morte e não possuem outro lugar para se abrigarem, de modo à garantir sua vida, segurança e integridade.

**Figura 9 - Fluxograma do Alojamento de Passagem.**

Fonte: MPMG - Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, 2015.

A CMB de São Luís fica localizada no bairro do Jaracaty, em uma área que se pode caracterizar como de uso misto, contendo em suas proximidades residências térreas, edifícios residenciais, comércio, hospital e instituições.

**Figura 10** - Localização Casa da Mulher Brasileira – São Luís, MA



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em termos arquitetônicos, por se tratar de um projeto padrão, elaborado com a intenção de ser replicado em vários estados do país, a arquitetura da Casa da Mulher Brasileira não teve como prioridade levar em consideração as variações climáticas específicas de cada região, a cultura e os costumes locais, sendo de certa forma, um projeto impessoal.

De acordo com Schmid (2005), os seres humanos interagem de maneira emocional com o ambiente construído, por meio da utilização dos seus cinco sentidos (visão, tato, audição, paladar e olfato). Já Pallasmaa (2011, p. 39) acredita que a arquitetura vá além dos cinco sentidos, caracterizando-se como uma ampla experiência sensorial, onde a arquitetura possuiria o poder de reforçar a identidade pessoal dos indivíduos que estão inseridos nela:

Toda experiência com o ambiente construído é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal. Em vez da mera visão, ou dos cinco sentidos clássicos, a arquitetura envolve diversas esferas da experiência sensorial que interagem e fundem entre si.

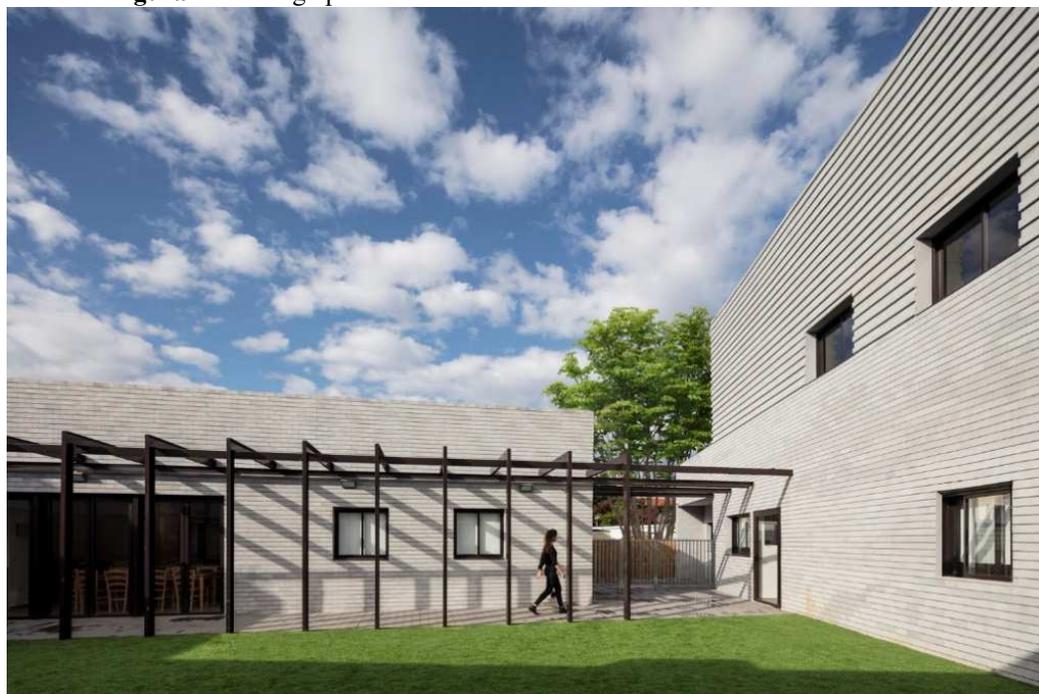
Portanto, para elaborar um projeto que acolherá mulheres vítimas de violência, deve-se pensar em uma arquitetura que reforce a identidade pessoal delas, trazendo a

lembrança de quem eram, antes de passarem por episódios de violência. Sendo assim, apesar de ter como pressuposto a ideia de um espaço aconchegante e acolhedor, o que se observa de fato no projeto da CMB, é a dispersão de grandes blocos edificadas, conectados através de um amplo pátio central, pelo qual circulam tanto mulheres vítimas de violência como um grande número de funcionários do local, o que pode prejudicar o sentimento de pertencimento das mulheres ao local, algo essencial para o bem-estar das mesmas no ambiente construído.

### 3.2.2 Abrigo para vítimas de violência doméstica em Israel

A grande maioria dos abrigos em Israel localizam-se em edificações que não foram projetadas previamente para tal uso, o que implicou em problemas como a superlotação dos edifícios, escadas em excesso e a presença de áreas cegas, o que comprometendo a segurança dos moradores. A fim de substituir um antigo abrigo pré-existente em Israel, foi idealizado o projeto do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, trazendo consigo uma proposta inovadora (*AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE*, 2019).

**Figura 11** - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel.



Fonte: *Amos Goldreich Architecture*, 2019.

O abrigo possui aproximadamente 1.600 m<sup>2</sup> e fica localizado em um bairro predominantemente residencial. O mesmo foi idealizado em 2018 pelo escritório *Amos Goldreich Architecture*, que possui sua sede na Inglaterra, em parceria com um escritório

local de Israel: Jacobs Yaniv Architects. No *briefing* do projeto em questão, foi solicitado aos arquitetos que o abrigo fosse um ambiente seguro, que funcionasse como uma espécie de refúgio para as mulheres, trazendo para elas o sentimento de lar.

Os escritórios envolvidos no projeto descrevem como um “grande desafio” a questão de acomodar todas as famílias de forma pacífica, por um intervalo de tempo extenso, levando em consideração que os abrigados, por questões de segurança, só saem do abrigo em situações excepcionais, passando a maior parte do seu tempo em suas acomodações (AG Architecture, 2019).

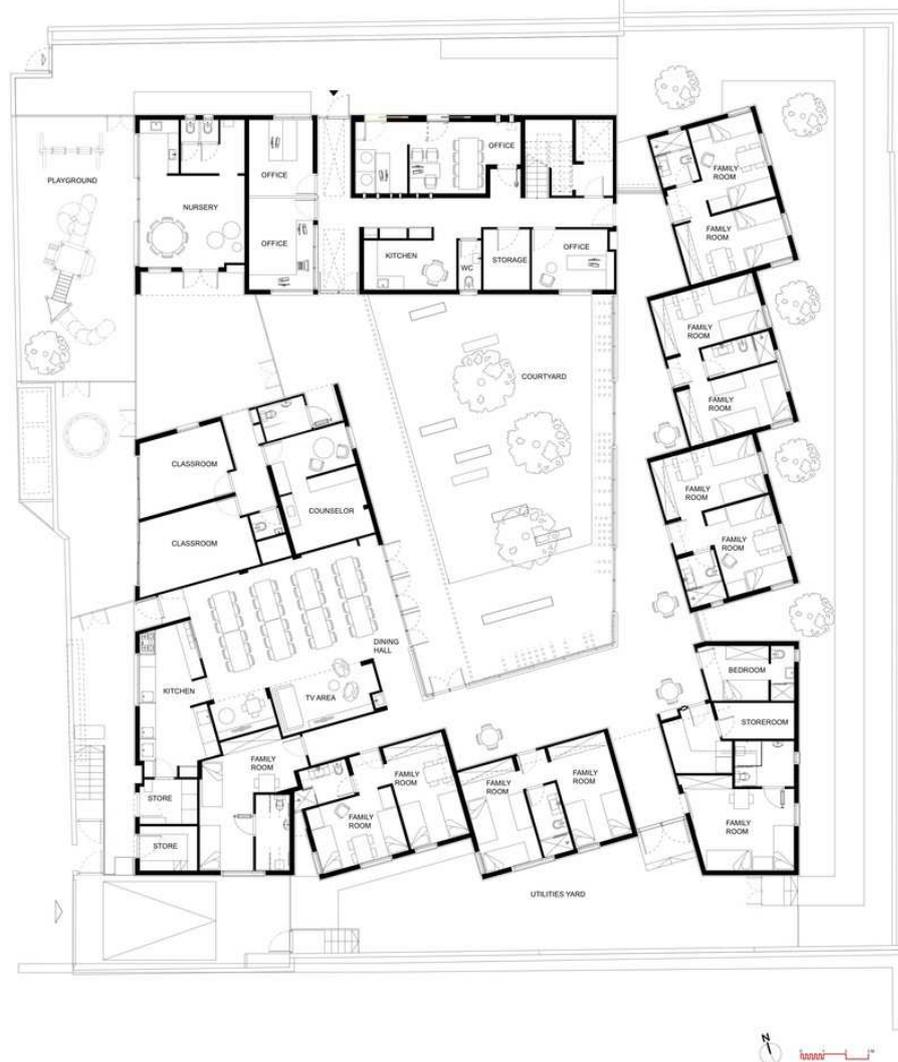
**Figura 12** - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel.



Fonte: Amos Goldreich Architecture, 2019.

A ideia principal do abrigo é que as mulheres mantenham uma rotina como tinham fora dele, proporcionando, assim, maior bem-estar a elas. O projeto propõe alojamentos individuais para as famílias, simulando casas, que fazem parte do edifício maior, gerando dessa forma uma maior privacidade aos abrigados. As funções comunitárias encontram-se separadas fisicamente da área íntima, e são conectadas através de uma circulação que se dá em torno do pátio central. Já o berçário fica localizado em outra área da edificação com o objetivo de que as mulheres possam deixar seus filhos e buscá-los ao final do dia tendo, assim, tempo livre para realização outras atividades.

**Figura 13** - Planta de Layout - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel.



Fonte: *Arch Daily*, 2018.

A edificação possui um pátio em seu centro, que funciona como um “santuário”, que seria o “coração” do abrigo. Dentre seus objetivos é possível citar a criação de um espaço para gerar interações das residentes entre si e com seus filhos e proporcionar conexões visuais: entre as famílias, entre a coordenação da casa com as famílias e entre as mães com seus filhos.

### 3.2.3. Refúgio para mulheres vítimas de violência no México

A edificação projetada pelos arquitetos do escritório mexicano ORIGEN 19°41' 53" N, no ano de 2017, funciona como um espaço de assistência social que possa abrigar e acolher mulheres vítimas de violência familiar. O espaço fica localizado na cidade de

Uruapan no México, e possui uma área de aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup> (ARCH DAILY, 2018).

**Figura 14** - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.



Fonte: *Arch Daily*, 2018.

Ao elaborar o projeto, os arquitetos optaram por priorizar a relação dos usuários da edificação, com a natureza, descrevendo a arquitetura como “diluída” em meio à natureza, e com isso, reduzindo a sensação de isolamento das mulheres abrigadas e seus filhos (ARCH DAILY, 2018).

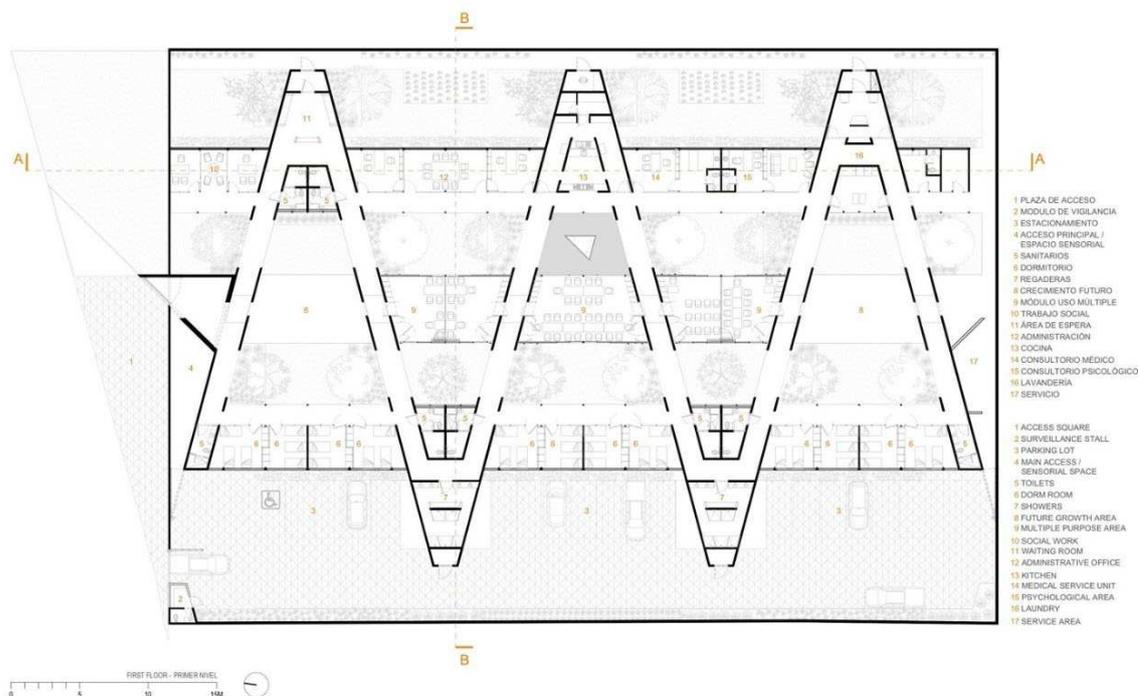
**Figura 15** - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.



Fonte: *Arch Daily*, 2018.

Os arquitetos elaboraram o projeto de forma que o desenho da planta seja flexível, de maneira que seja possível alterar o uso da edificação quando o problema de violência contra às mulheres for erradicado, no futuro (ARCH DAILY, 2018).

**Figura 16** - Planta baixa do Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.



Fonte: Arch Daily, 2018.

Em relação à planta da edificação, ilustrada acima, observa-se que os ambientes são interligados por circulações transversais e longitudinais, possuindo um setor íntimo, onde ficam localizados os dormitórios coletivos, chuveiros coletivos e sanitários. Logo à frente dessa área íntima, tem-se um espaço aberto que proporciona um maior contato com a natureza, notando-se a presença de plantas, área verde e árvores. Ao centro, foram estabelecidos espaços multiuso, destinados ao funcionamento, principalmente, de oficinas. Após esse espaço, nota-se a criação de mais áreas verdes, a fim de promover um maior contato com a natureza, reduzindo assim o sentimento de isolamento.

No nordeste do projeto foi elaborada uma área onde funciona a administração da casa, os atendimentos, e onde são realizados alguns serviços, dentre os espaços presentes nesse setor, é possível citar: sala de espera, sala de assistência social, consultório médico, consultório psicológico, lavanderia, cozinha e administração. Entretanto, não foi notado no projeto, nenhum espaço específico para crianças, filhos(as) das mulheres vítimas de violência familiar.

**Figura 17** - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.



Fonte: *Arch Daily*, 2018.

Os arquitetos defendem, que as circulações, da forma que foram projetadas, proporcionam percursos dinâmicos e promovem encontros entre os usuários da edificação, além de configurarem-se como espaços de possibilidades para observação de acontecimentos fenomenológicos (*ARCH DAILY*, 2018). No entanto, as amplas circulações transversais e longitudinais podem prejudicar o sentimento de acolhimento e pertencimento das mulheres ao local, tendo em vista de que a proposta da edificação se distancia bastante dos lugares que elas costumavam viver, isto é, suas casas.

**Figura 18** - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência no México.



Fonte: *Arch Daily*, 2018.

No projeto em questão, a privacidade das mulheres também se encontra prejudicada, pela questão de os alojamentos serem coletivos e não possuírem banheiros individuais por quarto, da mesma forma, os chuveiros localizam-se em somente um ambiente.

### **3.3 Síntese do capítulo**

Em suma, conclui-se que é indispensável levar o bem-estar dos usuários da edificação como principal partido para o projeto, fazendo com que estes se tornem protagonistas do espaço, a fim de promover uma boa relação dos seres humanos com o espaço edificado, impactando de forma positiva na vida e na rotina dessas pessoas. Frente aos projetos estudados neste capítulo, foi possível analisar quais espaços foram alocados para a realização dos serviços de apoio à mulher em situação de violência e como a distribuição dos ambientes e sua respectiva setorização foi pensada. Nos projetos da CMB e do abrigo em Israel, utiliza-se de uma área central que além de conectar os ambientes, serve como espaço de convivência e encontros, o que se pretende adotar na Casa Delas de forma a gerar uma arquitetura integradora.

Também se observou que na Casa da Mulher Brasileira a setorização clara e definida, ponto importante para que não haja o cruzamento de fluxos que comprometam de qualquer forma o bem-estar das mulheres em situação de vulnerabilidade. Um partido interessante adotado no projeto do abrigo em Israel, foi a ideia de destinar o setor para as crianças em um espaço diferente de onde as mulheres exercem suas atividades, para que estas possam deixar os seus filhos e buscá-los ao final do dia, com intuito de aproximá-las de suas rotinas simulando a vida fora do abrigo, minimizando a sensação de isolamento do mundo externo.

Por fim, no projeto do Refúgio no México, o que chama a atenção é a forma que a natureza foi integrada à edificação. Esse abrigo possui bastante vegetação e áreas descobertas, permitindo a conexão do interior com o exterior e a percepção da passagem do tempo pelos usuários da edificação. Cada projeto analisado traz consigo diferentes soluções que agregam no referencial projetual e inspiram para o desenvolvimento do presente trabalho.

## **4 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E NORMATIVAS**

Para que um projeto arquitetônico seja desenvolvido com plenitude e sua execução seja viável, é necessário que exista o domínio da legislação vigente. Neste capítulo será apresentada e estudada a legislação municipal na qual os projetos arquitetônicos e construções devem seguir, sendo essa a Lei Nº 3.253/1992 (BRASIL, 1992), que rege questões como o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em São Luís/MA.

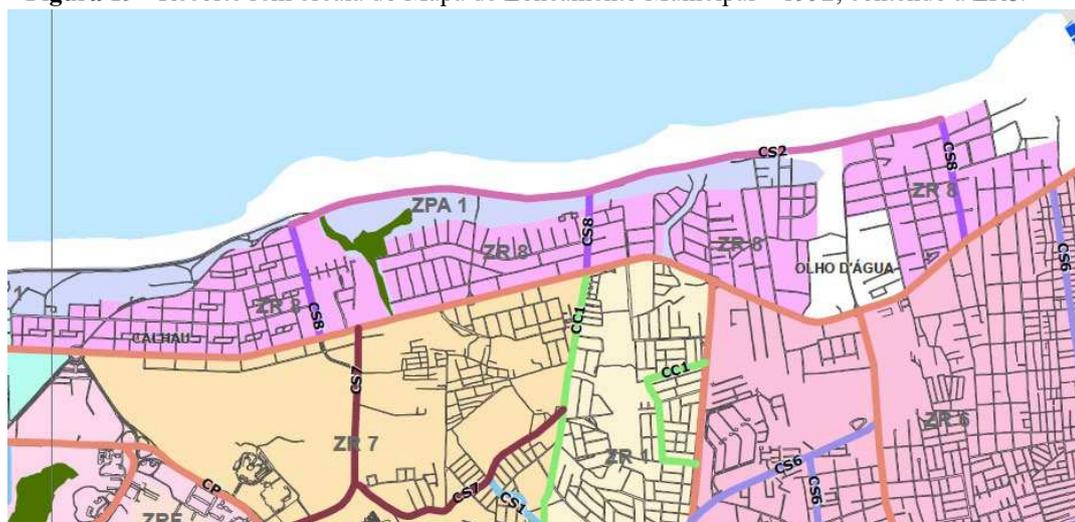
Também será apresentada a norma brasileira de acessibilidade (ABNT NBR 9050/2020), na qual o projeto em questão deverá atender.

### **4.1 A Lei Nº 3.253/1992 – Lei de Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís – MA**

A lei municipal Nº 3.253/1992 (BRASIL, 1992) dispõe sobre o zoneamento da cidade, ou seja, a disposição do município em zonas, definindo normas de parcelamento, uso e ocupação do solo de São Luís - MA.

O local escolhido para a intervenção da presente monografia, isto é, a proposta de casa abrigo, exposto mais adiante, encontra-se situado na Zona Residencial 8 (ZR8), que compreende parte dos bairros Calhau, Quintas do Calhau, Parque Atlântico e Olho d'Água.

**Figura 19** - Recorte sem escala do Mapa de Zoneamento Municipal – 1992, contendo a ZR8.



Fonte: INCID, 2014 (Mapa modificado pela autora).

Dentre os usos permitidos na zona residencial 8, é possível mencionar o uso residencial unifamiliar e multifamiliar, serviços de saúde como ambulatórios, serviços pessoais e serviços de lazer e cultura, como áreas para recreação infantil, entre outros usos. Em relação às edificações dos lotes desta zona, o artigo 39 da lei em questão dispõe a legislação vigente:

**Figura 20** - Legislação Edificações ZR8.

**Art. 39** - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinadas pelas seguintes normas:

- I - Área Total Máxima de Edificação (ATME) igual a 100% (cem por cento) da área do terreno.
- II - Área Livre Mínima do Lote (ALML) igual a 50% (cinquenta por cento) para todas as edificações.
- III - Afastamento frontal mínimo igual a 5,00m (cinco metros).
- IV - Gabarito máximo permitido de 3 (três) pavimentos.

Fonte: BRASIL, 1992.

A lei também contempla o que tange à questão dos afastamentos necessários, de acordo com o número de pavimentos da edificação, como é demonstrado na tabela:

Figura 21 - Tabela de Afastamentos.

AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2 - 3	4 - 5	6 - 8	9 - 12	13 - 15
LATERAL PRINCIPAL (m)	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	10,00

TABELA DE AFASTAMENTOS

## ANEXO II - TABELA 3

a Com até mais um pavimento de garagem.

aa Com até mais dois pavimentos de garagem.

ESTA TABELA FAZ REFERÊNCIA À LEI QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E EM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: BRASIL, 1992.

#### 4.2 Norma Brasileira de Acessibilidade - ABNT NBR 9050/2020

A norma brasileira de acessibilidade (ABNT NBR 9050/2020), estabelece critérios que devem ser seguidos ao elaborar um projeto arquitetônico e ao construir edificações ou espaços públicos, para que esses estejam adaptadas à acessibilidade contemplando dessa forma quaisquer necessidades dos indivíduos e proporcionando a sua autonomia individual (ABNT, 2020).

A norma estabelece a largura para deslocamento em linha reta para pessoas em cadeiras de rodas e a área para rotação de cadeira de rodas sem deslocamento, sendo essas, respectivamente:

Largura para deslocamento em linha reta para pessoas em cadeiras de rodas:

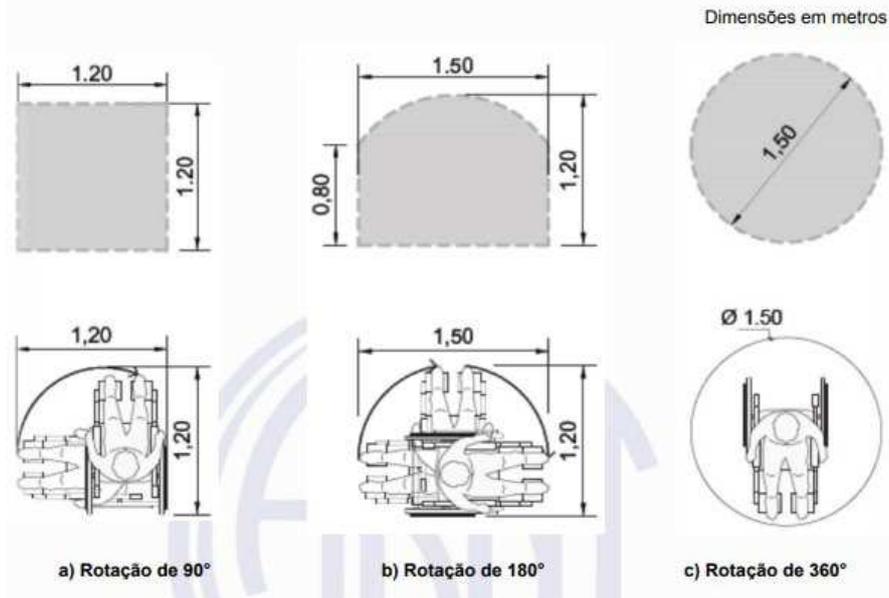
- Uma pessoa em cadeira de rodas = 0,90 m
- Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas = 1,20 m a 1,50 m
- Duas pessoas em cadeira de rodas = 1,50 m a 1,80 m

Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento:

- Rotação de 90° = 1,20 m × 1,20 m;
- Rotação de 180° = 1,50 m × 1,20 m;

c) Rotação de 360° = círculo com diâmetro de 1,50 m.

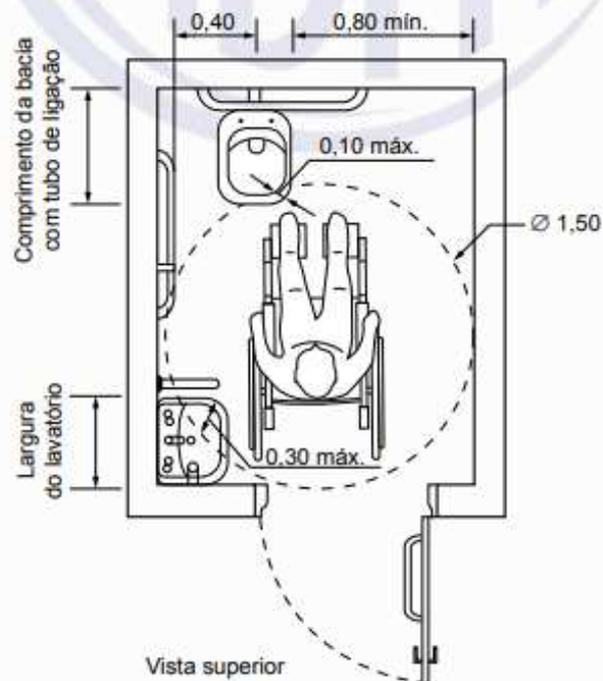
**Figura 22** - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.



Fonte: ABNT NBR 9050, 2020.

Em relação aos banheiros, a norma em questão também define parâmetros, quantificações, dimensões, localização do mobiliário e acessórios necessários para que seja garantida a acessibilidade.

**Figura 23** - Medidas mínimas de um sanitário acessível.



Fonte: ABNT NBR 9050, 2020.

## **5 ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO**

Neste capítulo será apresentado o local de intervenção selecionado para o desenvolvimento do projeto em questão e será realizada uma análise do entorno do local, considerando os acessos, as vias, os serviços públicos ofertados e o uso e a ocupação do solo do entorno imediato, assim como características das edificações vizinhas. No que tange às condicionantes naturais, serão analisadas: topografia, insolação, ventilação e hidrografia presentes, para que o projeto seja desenvolvido com plenitude.

### **5.1 Local de Intervenção**

A escolha do local de intervenção se deu a partir da necessidade de a casa abrigo estar localizada em um bairro com infraestrutura satisfatória, onde os serviços públicos necessários são ofertados, sendo estes: transporte público, rede de abastecimento de água, esgoto, telefonia/internet. Considerou-se também, a escolha de um terreno localizado em uma zona residencial, com lotes amplos, visando, dessa forma, uma edificação mais discreta e segura ao difundir-se com as de seu entorno.

#### **5.1.1. A cidade**

A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, está localizada no nordeste do Brasil, mais especificamente no litoral maranhense, na ilha de Upaon-Açu, no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar. Ela foi a única fundada por franceses, em 1612, que escolheram seu nome, em homenagem ao rei-menino Luís XIII. Apesar de sua fundação, São Luís também possui traços da colonização portuguesa em seu urbanismo, observa-se, por exemplo, características no traçado urbano, projetado pelo Engenheiro-Mor Frias de Mesquita no século XVII, planejamento que auxiliou a expansão do núcleo central da cidade (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2023).

**Figura 24 - Mapa – Município de São Luís.**



Fonte: INCID, 2012.

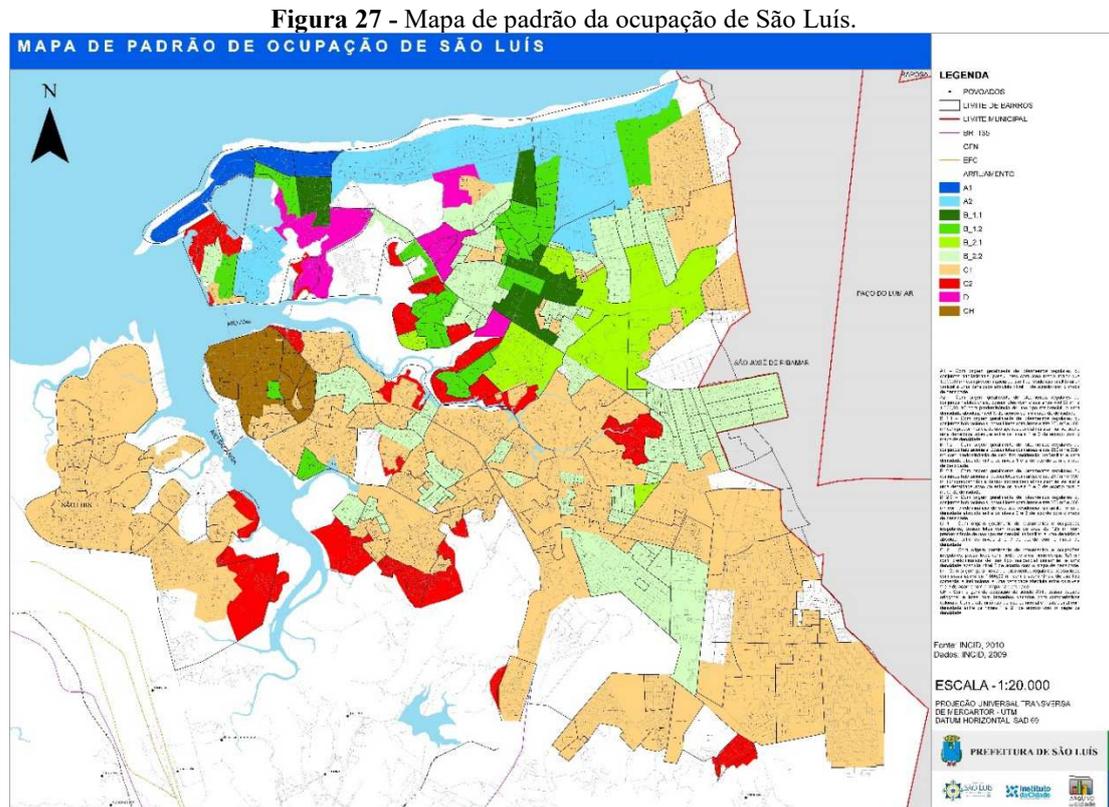
São Luís é a principal cidade da região metropolitana da grande São Luís e, atualmente, possui aproximadamente 1.115.932 habitantes. Além disso, a área do território corresponde a 583,063 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

#### 5.1.2. Local de intervenção

O local escolhido para o desenvolvimento do projeto em questão, fica localizado no bairro do Olho D'água, na Alameda Jaú, 1766.



O padrão de ocupação do bairro em questão, se deu através de formas distintas, por vezes acontecendo através de loteamentos regulares ou conjuntos habitacionais, possuindo lotes com área variando entre 250 m<sup>2</sup> e 1.000 m<sup>2</sup>, e através de ocupações irregulares, contando com lotes com média de área de 125 m<sup>2</sup>, no entanto, predomina o uso residencial em todos os padrões de ocupação (INCID, 2010).



Fonte: INCID, 2010.

## 5.2 Análise do Entorno

Ao realizar a análise do entorno, foram levadas em consideração questões urbanísticas: ruas de acesso, classificação das vias, condições das vias, material de pavimentação, largura das calçadas, qualidade da iluminação, presença de mobiliário urbano. No que tange à questão dos serviços públicos, foi analisado o atendimento da rede de abastecimento de água e esgoto, o fornecimento de energia elétrica e a presença uma rede de transporte público na área.

Além disso, a fim de compreender quais são os usos das edificações em seu entorno, foi elaborado um mapa de uso e ocupação do solo e por fim, foram analisadas as condicionantes naturais do terreno, com: topografia, isolamento e ventilação.

### 5.2.1. Levantamento do entorno

Foi realizada uma visita ao local de intervenção com intuito de obter um levantamento fotográfico do terreno escolhido, e da via em questão. A vista 01, indicada na figura 27, conta com a fachada do terreno, onde pode-se observar que, por consequência da falta de atribuição de uso ao local, este está sendo utilizado atualmente para o descarte inadequado de lixo, impactando negativamente no passeio público e na paisagem urbana.

**Figura 28 - Indicação da Vista 01.**



Fonte: Google Earth (modificado pela autora), 2023.

Apesar do descuido observado no local estudado, observa-se que este conta com a presença de iluminação pública.

**Figura 29 - Vista 01.**

Fonte: Acervo da autora, 2023.

Na vista 02, pode-se observar a residência em frente ao local de intervenção, cercada por muros que estão em um estado de conservação razoável, pois boa parte de sua pintura encontra-se desgastada.

**Figura 30 - Indicação da Vista 02.**

Fonte: Google Earth (modificado pela autora), 2023.

Na mesma imagem, nota-se a pavimentação asfáltica da Alameda Jaú, em um bom estado de conservação. Apesar da presença de alguns obstáculos que dificultem o passeio, as calçadas da região estudada possuem largura satisfatória.

**Figura 31 - Vista 02.**

Fonte: Acervo da autora, 2023.

Na vista 03, observa-se a residência ao lado do local da intervenção, em um bom estado de conservação, e as calçadas acessíveis do quarteirão da localização em questão.

**Figura 32 - Indicação da Vista 02.**

Fonte: Google Earth (Modificado pela autora), 2023.

**Figura 33 - Vista 03.**

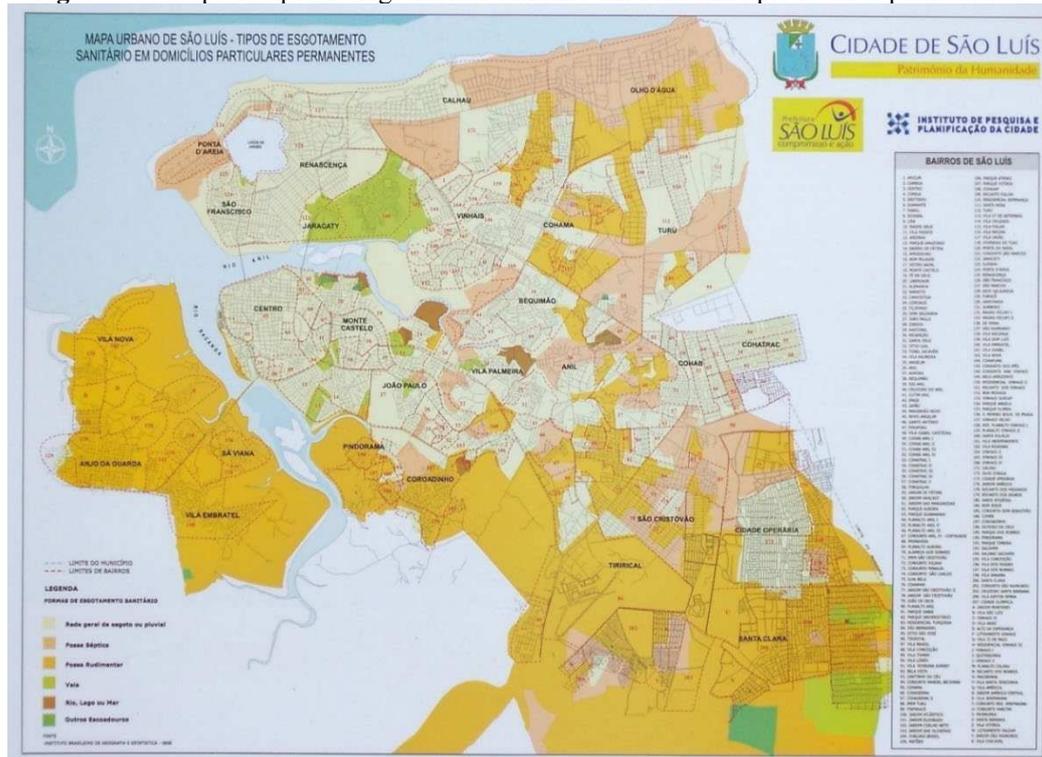


Fonte: Acervo da autora, 2023.

### 5.2.2 Serviços e Equipamentos Públicos

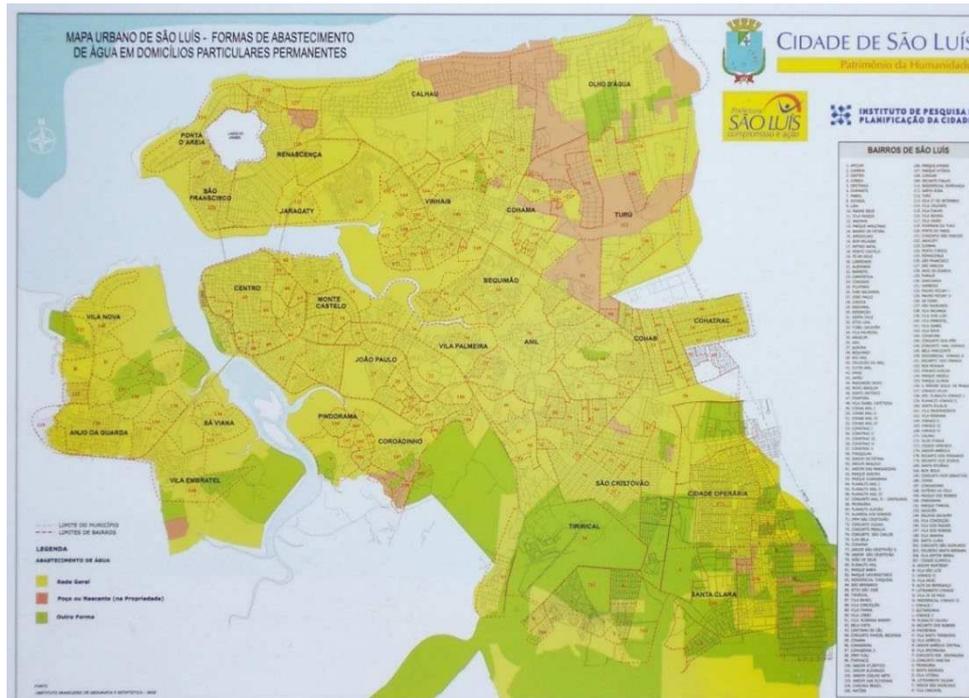
O local de intervenção encontra-se situado em uma área onde a maior parte do esgotamento sanitário é realizado por meio de fossa séptica, que são unidades de tratamento primário do esgoto doméstico.

**Figura 34** - Mapa de tipos de esgotamento sanitário em domicílios particulares permanentes.



Em relação ao abastecimento de água, a área é contemplada pela rede geral, realizada atualmente pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Também há fornecimento de energia elétrica na área que é realizado, atualmente, pela empresa Equatorial Energia.

**Figura 35** - Mapa de formas de abastecimento de água em domicílios particulares permanentes.



Fonte: São Luís, uma leitura da cidade, 2006.

No que tange à questão do transporte público, pode-se observar a presença de pontos de ônibus nas proximidades do terreno, tanto na Avenida dos Holandeses (Via Primária), como na Avenida São Carlos (Via Coletora Principal). O menor percurso a pé entre o ponto de ônibus e o local de intervenção equivale à 350 metros, podendo ser realizado por ambas as avenidas. A circulação de automóveis da via onde fica localizada a área de intervenção (Alameda Jaú) é permitida em ambos os sentidos.

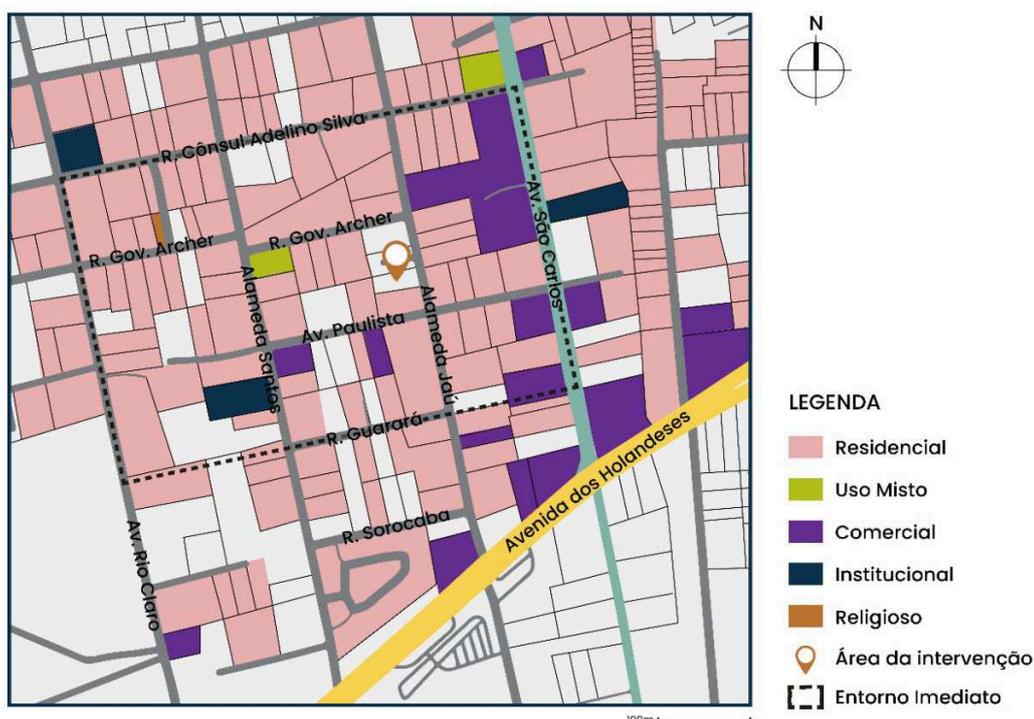
**Figura 36** - Equipamentos Públicos e Vias.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.



**Figura 38 - Uso e Ocupação do solo.**



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

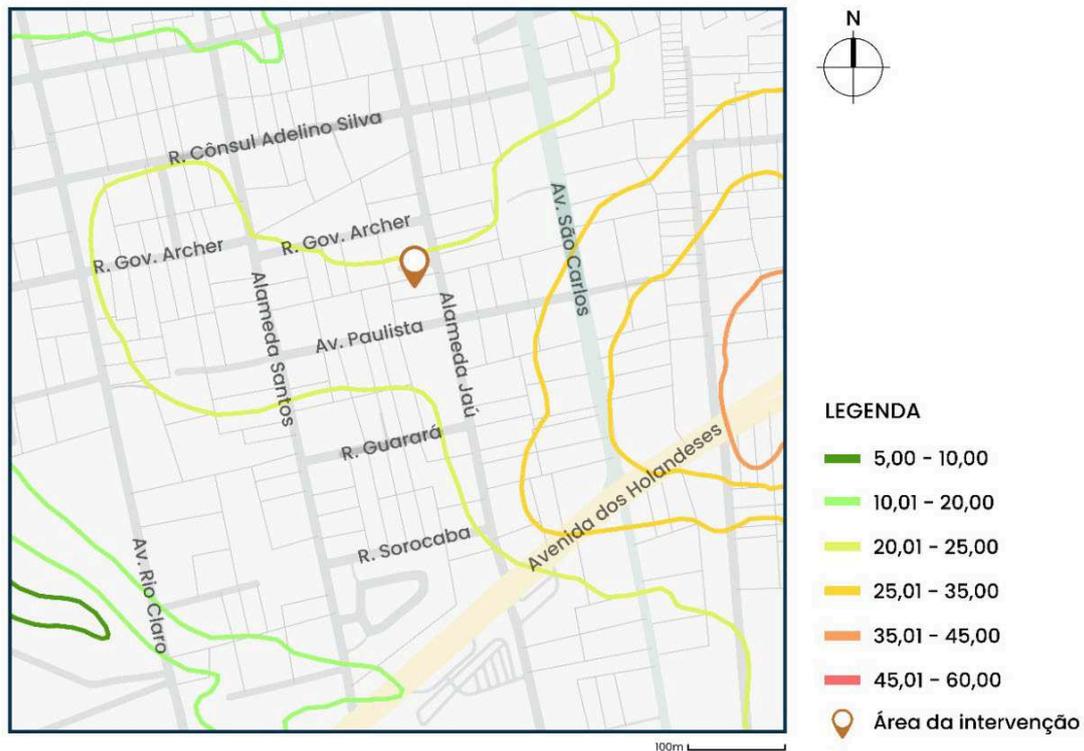
A escolha do local de intervenção em uma área com uso predominantemente residencial, se deu para que seja possível projetar uma edificação discreta, que possa se difundir com as residências em seu entorno. Na área do bairro do Olho d'Água, os lotes possuem uma metragem ampla, gerando, dessa forma, a possibilidade da inserção de todos os ambientes necessários na edificação a ser projetada para que haja o funcionamento pleno da casa abrigo.

### 5.3 Condicionantes Naturais

Foi realizado o estudo das condicionantes naturais da área em questão, referente à topografia, insolação e ventilação, para que seja projetada uma edificação que se adapte plenamente ao clima ludovicenses, proporcionando, assim, conforto ambiental aos seus usuários.

No que tange à topografia da área, nota-se a presença de um aclave acentuado na Rua Jaú, tendo início na sua intersecção com Rua Sorocaba até a Rua Guarará. No entanto, o terreno escolhido para a realização da intervenção não possui linhas de cota acentuadas, contando com uma topografia plana.

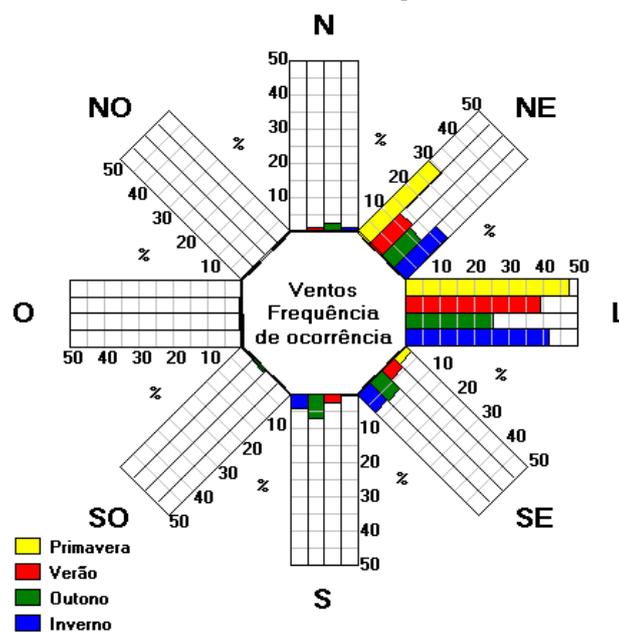
Figura 39 - Topografia do entorno.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

De acordo com a rosa dos ventos da cidade de São Luís, mostrada na figura abaixo, os ventos ocorrem com mais frequência vindos da direção Nordeste, Leste, Sudeste e Sul, destas, destacam-se como principais o nordeste e leste com maior frequência durante todas as estações do ano.

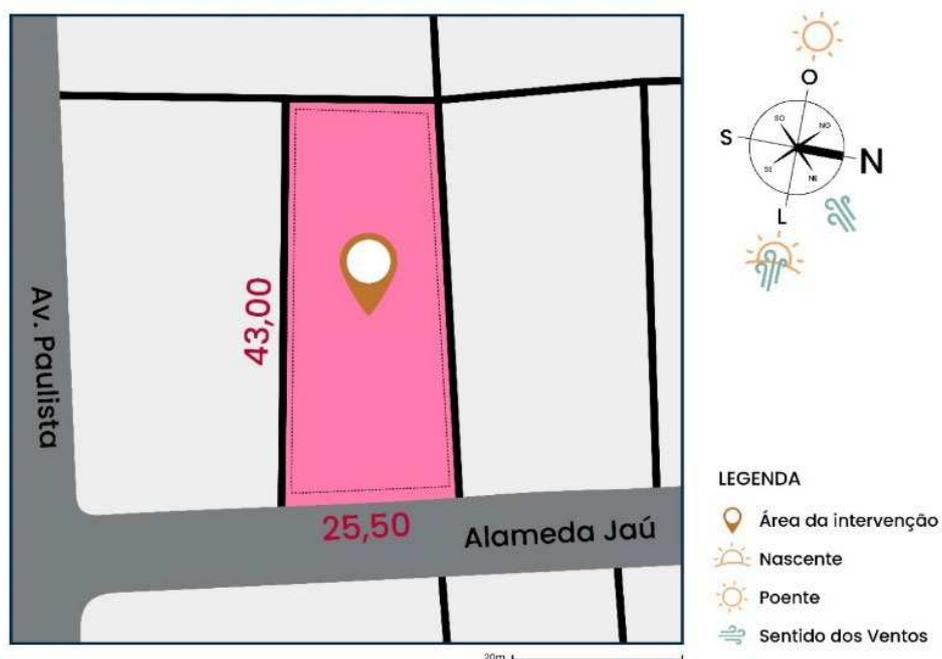
Figura 40 - Rosa dos ventos São Luís - MA: Frequência de ocorrência dos ventos.



Fonte: Software SOL-AR, 2023.

Conforme foi verificado que a topografia do entorno não influencia diretamente na área em questão, foi realizado um levantamento do local de intervenção do presente trabalho, considerando as medidas totais do terreno e a ação do sol e ventos predominantes sob este, onde pode-se observar que a fachada oeste do terreno recebe maior insolação do poente, enquanto as fachadas Nordeste e Leste são as mais favorecidas pela ação climática.

**Figura 41** – Levantamento do local de intervenção.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

## **6 CASA DELAS**

Neste capítulo serão apresentadas as diretrizes projetuais do anteprojeto desenvolvido, assim como os estudos preliminares realizados em seu desenvolvimento, sendo estes: programa de necessidades, fluxograma, plano de manchas, volumetria. Por fim, será apresentado o produto do presente trabalho, o anteprojeto da CASA DELAS: uma casa abrigo para mulheres em situação de violência.

### **6.1 Diretrizes projetuais**

Criada em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem como objetivo a promoção dos direitos iguais entre homens e mulheres, combatendo preconceitos e discriminações herdadas de uma sociedade patriarcal (GOVERNO FEDERAL, 2004). Desde a sua criação, a violência contra a mulher foi enfrentada no país por meio de políticas públicas, que se fortaleceram com a elaboração de conceitos, diretrizes, normas, ações e estratégias de gestão e monitoramento.

Já a partir de 2003, as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher foram ampliadas, incluindo: a criação de normas e padrões de atendimento, o aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (SPM, 2011).

Em 2011, a SPM lançou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, onde foi conceituada a rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Tal rede refere-se à “atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.” (SPM, 2011).

Um dos serviços dessa rede de atendimento, é a Casa Abrigo, que consiste em um serviço socioassistencial que possui como principal objetivo promover assistência emergencial e acolhimento provisório a mulheres situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as) de forma a garantir seus direitos e proteção.

Desse modo, a SPM elaborou um documento com as recomendações e estratégias que norteiam a questão do abrigamento de mulheres em situação de violência, denominado de Diretrizes Nacionais para o Abrigamento para mulheres em situação de risco e violência, de forma a garantir o direito de uma vida com dignidade e paz.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento para mulheres em situação de risco e violência, os objetivos do serviço da Casa Abrigo são: garantir a integridade física e emocional das mulheres, auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima. É pressuposto pelo termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres que, na Casa Abrigo, a autogestão do espaço é importante para promover a construção de autonomia e o empoderamento das mulheres e que é imprescindível a existência de um espaço adequado e específico para crianças (SPM, [s.d]).

São estabelecidos alguns recursos materiais necessários para a implementação de uma Casa Abrigo, presentes no documento do Termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres (SPM, [s.d]), são estes:

- a) Disponibilização de no mínimo 10 m<sup>2</sup> por pessoa, no imóvel da Casa Abrigo, conforme normas da ABNT de forma a abrigar de forma satisfatória a quantidade de famílias que for estabelecida;
- b) Localização do imóvel preferencialmente em área residencial;
- c) Imóvel não contando com a presença aparente de guaritas;
- d) Não inserção de placas de identificação, de forma a proporcionar um ambiente discreto;
- e) Espaço de dormitórios com locais para as abrigadas guardarem pertences pessoais;
- f) Espaços de convivência coletiva (oficinas, salas de reuniões);
- g) Espaço para refeitório e cozinha coletiva;
- h) Espaço para atendimento em primeiros socorros;
- i) Espaço para lavanderia coletiva;
- j) Dependências sanitárias que atendam o número de abrigados;
- k) Garantia da acessibilidade no imóvel;
- l) Espaço lúdico para crianças, preferencialmente em áreas externas;
- m) Infraestrutura administrativa de comunicação e de transporte.

O termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres elaborado pela SPM (2011), também aborda a questão no que tange aos recursos humanos mínimos para a implementação da Casa Abrigo. Assim, é necessária uma equipe interdisciplinar permanente, na qual sugere-se um quadro mínimo composto por: coordenadora do serviço, psicóloga, assistente social, pedagoga, cuja função é promover a cidadania, e atender nas áreas de saúde física e psicológica.

Além disso, também é imprescindível o recrutamento de uma equipe de apoio técnico, composta por nutricionista, enfermeira e advogada, para oferecerem suporte às mulheres abrigadas, na área da saúde e na área jurídica. Para a providência da infraestrutura da casa, o quadro mínimo sugerido é composto agente administrativo, cozinheira, auxiliar de limpeza, segurança e motorista (SPM, 2011).

Dessa forma, o presente trabalho busca atuar por meio de uma arquitetura que contemple não somente os ambientes necessários para a promoção dos direitos das mulheres, da sua cidadania e resgate da autoestima, mas como uma arquitetura pessoal que promova à sensação de acolhimento e familiaridade para as abrigadas, fazendo com que estas se tornem protagonistas do espaço de forma a minimizar os possíveis danos psicológicos para as famílias.

## **6.2 Programa de necessidades e Pré-Dimensionamento**

De acordo com Termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres (SPM, 2011), que estabelece a equipe de colaboradores mínima para o funcionamento da casa, e com base nos estudos de caso realizados ao longo do presente trabalho, foi estabelecido um programa de necessidades para o desenvolvimento mínimo aproximado do anteprojeto. Concomitantemente, desenvolveu-se o pré-dimensionamento de cada ambiente, com base no mobiliário a ser alocado em cada espaço.

A equipe interdisciplinar permanente da casa será composta por: uma coordenadora, uma advogada, duas pedagogas, uma psicóloga e uma assistente social (plantonista). Já a equipe de apoio técnico irá contar com uma enfermeira e uma nutricionista. Por fim, a equipe de infraestrutura contará com um agente administrativo, duas auxiliares de limpeza, uma cozinheira e um segurança, conforme mostra a tabela 2.

**Tabela 2 – Recursos Humanos - Casa Delas.**

<b>EQUIPE</b>	<b>QNTD.</b>	<b>PROFISSIONAL</b>
<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	01	Coordenadora
	01	Advogada
	01	Assistente Social
	02	Pedagoga
	01	Psicóloga
<b>EQUIPE DE APOIO TÉCNICO</b>	01	Enfermeira
	01	Nutricionista
<b>EQUIPE DE INFRAESTRUTURA</b>	01	Cozinheira
	02	Assistente de limpeza
	01	Segurança
	01	Agente Administrativa

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Visando proporcionar a melhor disposição dos ambientes, eles foram divididos em sete setores, sendo esses: setor de apoio, setor administrativo, setor de atendimento, setor infantil, setor de atividades, setor de serviço e setor de abrigamento.

O apoio é o setor onde os usuários experimentam seu primeiro contato com a parte interna da edificação, no qual conta com um hall que permite o acesso de funcionários e abrigados aos outros setores e uma triagem por onde as mulheres passam ao serem encaminhadas para a Casa Delas. Ele também possui a função de alocar ambientes necessários para a providência de segurança da casa, como o espaço para circuito fechado de televisão (CFTV) e o alojamento da plantonista, ambos contendo as instalações necessárias para acomodar os funcionários.

**Tabela 3 – Setor de apoio**

<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>QNTD</b>	<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>PRÉ DIM. (ÁREA M<sup>2</sup>)</b>	<b>Á. TOTAL (ÁREA M<sup>2</sup>)</b>
<b>SETOR DE APOIO</b>	<b>CFTV</b>	01	01 Mesa 01 Cadeira 01 <i>Locker</i>	5,00 m <sup>2</sup>	30,00 m <sup>2</sup>
	<b>Banheiro</b>	02	01 Sanitário 01 Lavatório 01 Chuveiro	2,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Alojamento Plantonista</b>	01	01 Cama Solteiro 01 Armário	6,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Hall</b>	01	01 Sofá 01 Televisão	7,00 m <sup>2</sup>	

	<b>Lavabo PCD</b>	01	01 Sanitário 01 Lavatório	3,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Triagem</b>	01	01 Mesa 03 Cadeiras	5,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Estacionamento</b>	01	-	-	
	<b>Lixeira</b>	01	-	-	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O setor administrativo possui a função de acomodar os funcionários para a realização do seu trabalho e possui uma sala de coordenação para a coordenadora da casa e uma sala da diretoria geral, destinada a acomodar a assistente social, a advogada, a agente administrativa e a psicóloga.

**Tabela 4 – Setor administrativo.**

<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>QNTD</b>	<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>PRÉ DIM. (ÁREA M<sup>2</sup>)</b>	<b>Á. TOTAL (ÁREA M<sup>2</sup>)</b>
<b>SETOR ADMNISTRA TIVO</b>	<b>Sala de Coordenação</b>	01	01 Mesa; 03 Cadeiras; 01 Armário;	7,00 m <sup>2</sup>	31,50 m <sup>2</sup>
	<b>Diretoria Geral</b>	01	04 Mesas; 04 Cadeiras; 01 Armário;	10,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Copa</b>	01	01 Micro-ondas; 01 Lavatório; 01 Frigobar;	7,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Almoxarifado</b>	01	01 Impressora; 01 Armário;	2,50 m <sup>2</sup>	
	<b>Lavabo</b>	01	01 Sanitário; 01 Lavatório;	2,50 m <sup>2</sup>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como tentativa de resguardar a privacidade das pessoas abrigadas durante o atendimento com os profissionais da casa, foi elaborado o setor de atendimento com salas destinadas à atendimentos privados com psicóloga, advogada e assistente social. O setor também conta com uma enfermaria para atendimentos de primeiros socorros.

Tabela 5 – Setor de atendimento.

SETOR	AMBIENTE	QNTD	MOBILIÁRIO	PRÉ DIM. (ÁREA M <sup>2</sup> )	Á. TOTAL (ÁREA M <sup>2</sup> )
SETOR DE ATENDIMENTO	Sala Psicóloga Adulto	01	01 Poltrona 01 Sofá/Divã	7,00 m <sup>2</sup>	20,00 m <sup>2</sup>
	Sala Atendimento Jurídico/Social	01	01 Mesa 02 Cadeiras	5,00 m <sup>2</sup>	
	Enfermaria	01	01 Maca 01 Armário 01 Lavatório 01 Frigobar	8,00 m <sup>2</sup>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O setor infantil, conforme mostrado na tabela abaixo, foi pensado de forma que as crianças tenham um espaço na casa destinado à realização de suas atividades em geral durante o dia, sejam essas atividades de estudo, recreação ou atendimentos com psicóloga.

Tabela 6 – Setor infantil.

SETOR	AMBIENTE	QNTD	MOBILIÁRIO	PRÉ DIM. (ÁREA M <sup>2</sup> )	Á. TOTAL (ÁREA M <sup>2</sup> )
SETOR INFANTIL	Brinquedoteca	01	01 Mesa Infantil; 04 Cadeiras Infantis; 01 Tatame Infantil; 01 Armário; 01 Televisão;	15,00 m <sup>2</sup>	55,00 m <sup>2</sup>
	Sala Multiuso	01	02 Mesas com cadeiras infantis;	20,00 m <sup>2</sup>	
	Banheiro	02	02 Sanitários; 02 Lavatórios;	8,00 m <sup>2</sup>	
	Sala Psicóloga Infantil	01	01 Poltrona 01 Mesa infantil com cadeira 01 Tatame Infantil	7,00 m <sup>2</sup>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Já o setor de atividades, detalhado na tabela 7, é destinado para que as mulheres realizem atividades diversas durante o dia, como: assistir televisão, participar de cursos de capacitação e oficinas, além de interagir com outras mulheres abrigadas.

Tabela 7 – Setor de atividades

SETOR	AMBIENTE	QNTD	MOBILIÁRIO	PRÉ DIM. (ÁREA M <sup>2</sup> )	Á. TOTAL (ÁREA M <sup>2</sup> )
SETOR DE ATIVIDADES	Pátio	01	-	-	62,00 m <sup>2</sup>
	Sala de TV	01	01 Televisão 02 Sofás	10,00 m <sup>2</sup>	
		Sala Multiuso/ Sala de Oficinas	01	02 Mesas 08 Cadeiras	
	Sala de Cursos		01	08 Cadeiras 01 Mesa 01 Cadeira	
	Lavabo	01	02 Sanitários 02 Lavatórios	7,00 m <sup>2</sup>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A tabela 8 mostra a divisão do setor de serviço, cuja função é alocar os ambientes utilizados principalmente por funcionários, contando com espaços para o armazenamento de itens diversos, espaço para *lockers*, lavanderia, cozinha e um refeitório onde são realizadas as refeições ao longo do dia.

Tabela 8 – Setor de serviço

SETOR	AMBIENTE	QNTD	MOBILIÁRIO	PRÉ DIM. (ÁREA M <sup>2</sup> )	Á. TOTAL (ÁREA M <sup>2</sup> )
SETOR DE SERVIÇO	Cozinha	01	01 Fogão	15,00 m <sup>2</sup>	73,00 m <sup>2</sup>
			01 Geladeira		
			01 Freezer		
			01 Micro-ondas		
	Refeitório	01	-	40,00 m <sup>2</sup>	
	Depósito Alimentos	01	01 Armário	2,00 m <sup>2</sup>	
	Área de Serviço	01	01 Máquina de lavar 02 Tanques	7,00 m <sup>2</sup>	
	DML	01	01 Armário	2,00 m <sup>2</sup>	
Almoxarifado	01	01 Armário	2,00 m <sup>2</sup>		
<i>Lockers</i>	01	01 <i>Locker</i>	3 m <sup>2</sup>		
			01 Sanitário		

	<b>Banheiro</b>	01	01 Área de Banho 01 Lavatório	2,00 m <sup>2</sup>	
--	-----------------	----	----------------------------------	---------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para o setor de abrigamento, foram elaboradas três tipologias para os quartos das famílias: tipo A que possui três acomodações, com uma mulher e duas crianças; o tipo B com três acomodações voltadas para uma mulher, uma criança e uma criança de colo; e o tipo C com uma acomodação acessível.

**Tabela 9 – Setor de abrigamento.**

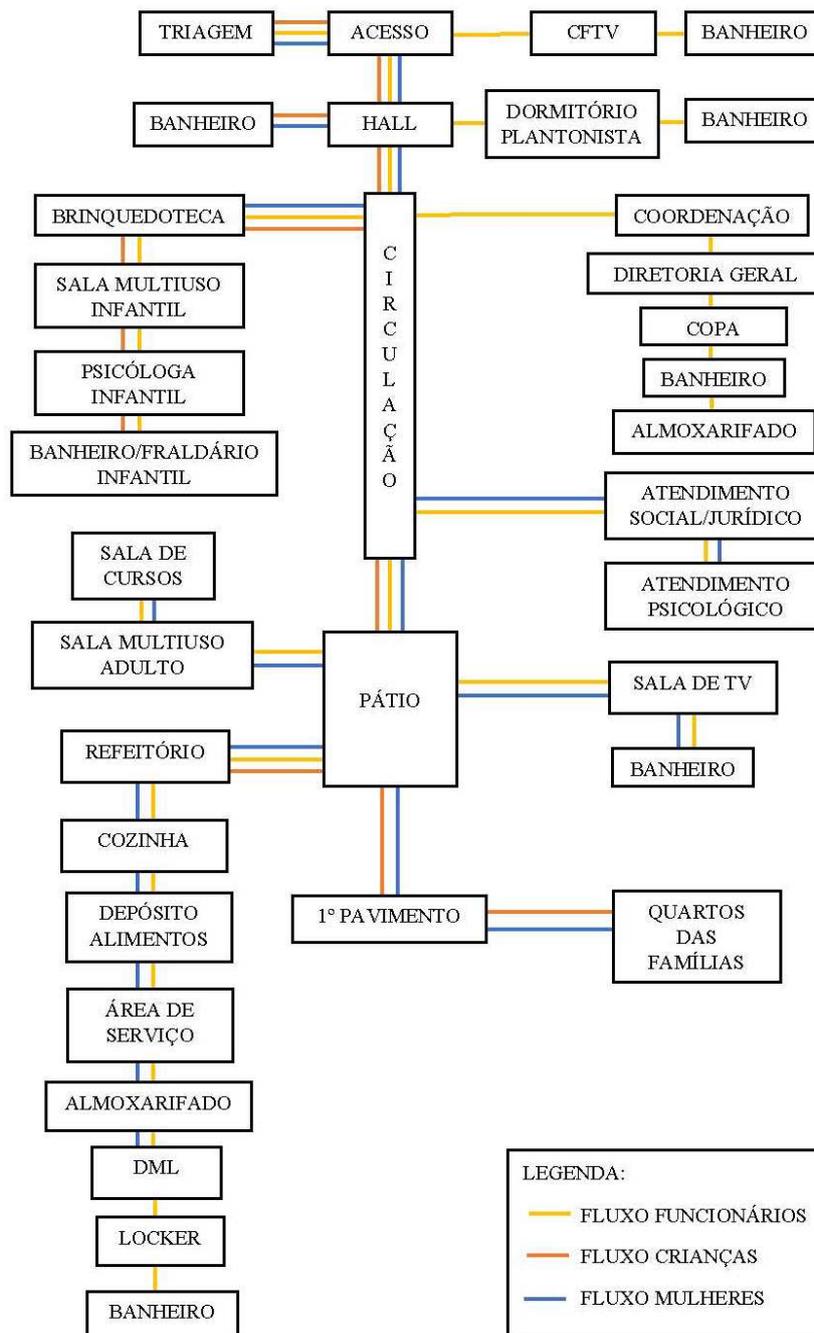
SETOR	AMBIENTE	QNTD	MOBILIÁRIO	PRÉ DIM. (ÁREA M <sup>2</sup> )	Á. TOTAL
<b>Setor Abrigamento</b>	<b>Apto - tipo A</b>	05	<b>03 Acomodações:</b> 01 Cama de Solteiro; 01 Beliche; 01 Mesa; 01 Banheiro;	12,00 m <sup>2</sup>	96,00 m <sup>2</sup>
	<b>Apto - tipo B</b>	02	<b>03 Acomodações:</b> 01 Cama Beliche; 01 Berço; 01 Armário; 01 Banheiro;	12,00 m <sup>2</sup>	
	<b>Apto - tipo C</b>	01	<b>01 Acomodação (Tipologia PCD):</b> 01 Cama de solteiro; 01 Armário; 01 Banheiro	12,00 m <sup>2</sup>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

### 6.3 Estudo de fluxos – Fluxograma

Ao pensar na arquitetura da Casa Delas, foi realizado um estudo dos possíveis fluxos realizados entre os ambientes presentes na edificação, de modo a pensar em como os espaços estariam interligados. Elaborou-se, então, um fluxograma representando os ambientes e suas formas de conexão, como mostra a figura a seguir:

Figura 42 – Fluxograma.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

#### 6.4 Setorização

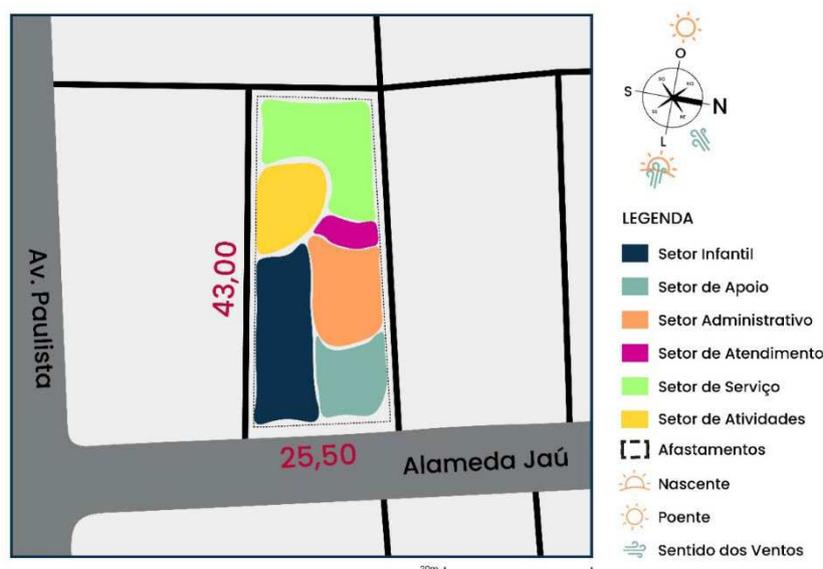
A partir dos estudos de insolação e ventilação na área de intervenção realizados ao longo do desenvolvimento do anteprojeto, foi possível identificar os espaços de curta e longa permanência no terreno. Com isso, foi elaborado um plano de manchas, levando

em consideração também o fluxo dos usuários da edificação e a privacidade e segurança das mulheres abrigadas.

No pavimento térreo, optou-se pela alocação do setor de apoio próximo à fachada nordeste do terreno, tendo em vista que é por onde os abrigados e funcionários acessam a parte interna da edificação. Também próximo à fachada, foi inserido o setor infantil, em uma área privilegiada do terreno no que tange à insolação e ventilação, visando o maior conforto e comodidade das crianças.

Já os setores de atendimento e administrativo foram alocados na porção direita (norte) do terreno, assim como o setor de apoio, criando dessa forma uma maior setorização de setores administrativos e de convivência. Elegeu-se colocar o setor destinado às atividades em uma área central do terreno, e o de serviço aos fundos, na área que recebe maior insolação do poente, por ser composto em sua maioria de espaços de curta permanência.

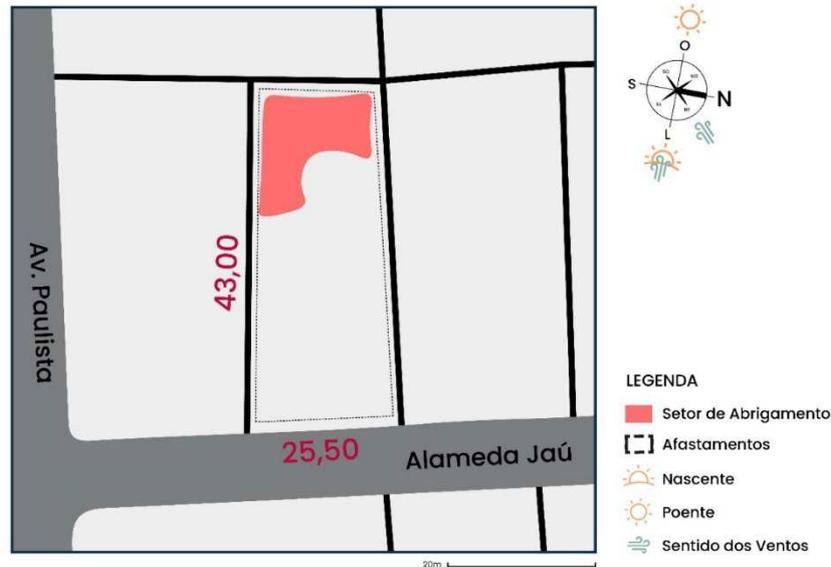
**Figura 43** – Plano de Manchas – Pavimento térreo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Além disso, foi elaborado a criação de um outro pavimento para alocar o setor de abrigamento, possibilitando dessa forma mais privacidade para os abrigados e evitando o cruzamento de fluxos em áreas íntimas.

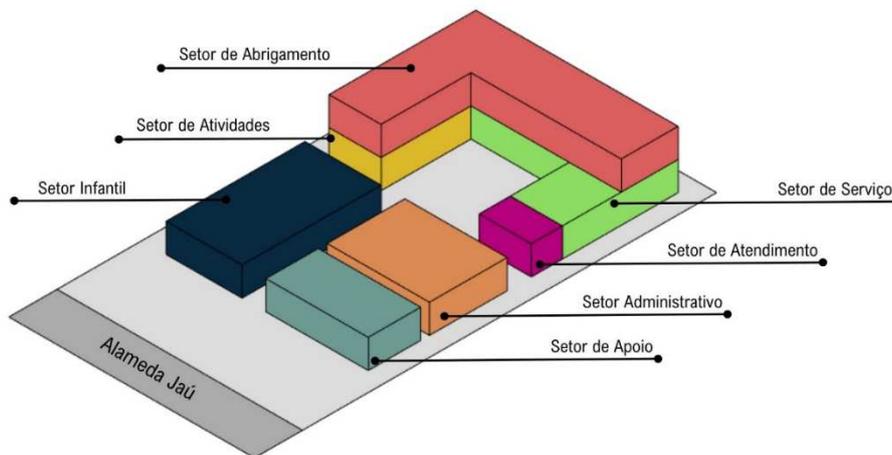
**Figura 44** – Plano de manchas – 1º pavimento.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir do plano de manchas, ilustrado na figura acima, foi elaborado um estudo preliminar da volumetria da edificação, de uma forma a proporcionar uma arquitetura com ventilação satisfatória principalmente em seus setores de maior permanência.

**Figura 45** – Estudo de Volumetria



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 6.5 Memorial justificativo

A Casa Delas está localizada na cidade de São Luís - MA, no bairro do Olho D'Água, na Alameda Jaú, 1766. As principais motivações que levaram à escolha da área de intervenção, se deram primeiramente pelo fato de que o terreno se localiza em uma

zona residencial da cidade, notando-se a predominância de edificações residenciais em seu entorno, o que é uma recomendação para a implantação de Casas Abrigo, segundo o Termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres (SPM, 2011). O local escolhido ainda conta com dois hospitais em suas proximidades visando o bem-estar e saúde dos abrigados.

A área estudada possui lotes amplos, com área variando entre 250 m<sup>2</sup> e 1.000 m<sup>2</sup>, possibilitando, assim, a implantação de uma casa abrigo que contemple um programa de necessidades extenso para abrigar uma quantidade satisfatória de mulheres e crianças. Também se notou o loteamento regular na área em questão ao selecionar o terreno de intervenção do projeto, possibilitando assim a implantação de uma edificação que se difundisse com os imóveis do entorno assemelhando-se à uma casa, buscando preservar a segurança dos abrigados.

A arquitetura da Casa Delas foi pensada para que existisse uma setorização definida, de modo a preservar a organização espacial, evitar o cruzamento de fluxos e, concomitantemente, fazer com que a casa se mantenha uma área controlada, a fim de garantir a segurança dos abrigados. Para que isso ocorresse, a área foi dividida em 4 edificações (blocos): bloco do setor de apoio, bloco administrativo, bloco infantil e um bloco denominado como principal, que contempla em seu térreo os setores de serviço, atendimento e atividades e, no seu primeiro pavimento, o setor de abrigamento.

A casa possui apenas uma fachada externa, por onde podem ser realizadas as duas formas de acesso: através da porta de entrada principal ou pelos portões que levam ao estacionamento interno. Ambas as formas com acesso permitido mediante à liberação pelo segurança.

**Figura 46** – Vista da fachada externa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O estacionamento interno conta com quatro vagas, podendo ser utilizadas por funcionárias da casa abrigado durante o seu turno de trabalho, por ambulância, caso haja necessidade, e por carros oficiais ao encaminharem abrigados à casa, visando garantir maior segurança no embarque e desembarque do veículo.

Ao acessar o estacionamento, observa-se a inserção de uma parede em elementos vazados, que foi pensada de maneira a preservar a privacidade e segurança, porém, sem impedir que a área interna recebesse ventilação e iluminação. Na fachada interna, existem dois acessos às edificações: o de serviço, utilizado pelos funcionários responsáveis pela providência da infraestrutura da casa; e o principal, por onde é realizado o acesso ao bloco de apoio, em que os abrigados passam por uma triagem ao chegarem à casa.

O bloco de apoio também conta com um dormitório para plantonista, banheiros, e um espaço para circuito fechado de televisão (CFTV) que se assemelha à uma guarita, no entanto, interna, tendo em vista que a presença de guaritas aparentes na fachada externa da casa abrigado não é recomendada, de acordo com o Termo de referência de enfrentamento da violência contra as mulheres (SPM, 2011).

**Figura 47** – Vista da fachada interna.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Após liberado o acesso pelo bloco de apoio, o usuário tem acesso às outras edificações, através de uma circulação principal com cobertura em pergolados de madeira. À direita, fica localizado o bloco administrativo no qual ao acessá-lo, observa-se uma sala da diretoria geral, destinada a acomodar funcionárias da casa durante sua jornada de trabalho, são elas: assistente social, psicóloga, advogada e agente administrativa.

E, também, o bloco em questão também conta com a sala da coordenadora, que possui visibilidade para o pátio de maneira a preservar o controle interno através da observação, almoxarifado, copa, lavabo e uma enfermaria, que pode ser acessada pela parte externa do bloco administrativo, alocada logo à frente do acesso ao bloco infantil de maneira a providenciar a prontidão e rapidez em atendimentos de pronto socorro necessários, principalmente às crianças.

**Figura 48** – Vista da circulação principal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

À esquerda da circulação principal, está alocado o bloco infantil, que conta com uma área de atividades e lazer: brinquedoteca, sala multiuso, pátio, banheiros e sala de atendimento psicológico para crianças. O bloco foi alocado separadamente dos outros, de forma a simular a rotina que as mulheres e crianças possuíam fora da casa abrigo, quando os filhos eram deixados na creche/escola durante o dia e buscados ao final. Neste meio tempo, as mulheres ao deixarem as crianças sob acompanhamento das pedagogas, estariam com seu tempo livre para atendimentos com profissionais e para realização de atividades que incentivem a independência financeira e promovam sua autoestima.

**Figura 49** – Vista interna para o bloco infantil.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Aos fundos do terreno, está alocada a edificação principal que engloba os setores de atividades, serviço, atendimento e abrigo. No térreo, o bloco conta com sala multiuso, sala de cursos e sala de tv, ambientes para que as mulheres possam realizar diversas atividades durante o dia. Dentre as possíveis atividades, pode-se citar oficinas de artesanato, cursos de estética, cursos de educação financeira, oficinas de embelezamento e até mesmo um momento para assistir televisão após o almoço.

Ainda no térreo, encontram-se as duas salas de atendimento individual às mulheres: a sala de atendimento psicológico e a sala de atendimento jurídico e social, serviços realizados com intuito de amenizar os possíveis danos psicológicos após o trauma, e prestar quaisquer apoios sociais e jurídicos.

Já no primeiro pavimento, está o setor de abrigo, que pode ser acessado pela escada ou através da plataforma elevatória. Neste setor, buscou-se a privacidade, que é um fator importante para o sentimento de bem-estar. Externamente, a privacidade das mulheres foi garantida através da não inserção de janelas com vista para terrenos do entorno na circulação, em contrapartida, a ventilação foi assegurada por meio da colocação de uma parede com altura mais baixa que o pé direito. A circulação dos fundos, tanto no primeiro como no segundo pavimento, possui a função de atuar como barreira protetora da insolação, tendo em vista o seu direcionamento para o poente.

Internamente, a privacidade das mulheres e crianças foi garantida através da criação dos quartos das famílias, quartos individuais com banheiros próprios para cada mãe com seus filhos, de forma a evitar quaisquer desconfortos possíveis no uso de banheiros coletivos. Para os quartos, foram elaboradas três tipologias: A tipologia A, com três acomodações (01 beliche para crianças e 01 cama de solteiro para a mãe), a tipologia B com três acomodações, sendo uma para bebês pequenos (01 beliche para a mãe e criança e 01 berço) e a tipologia C com uma acomodação (01 cama de solteiro), sendo essa a tipologia acessível.

Dessa forma, a Casa Delas comporta um total de oito famílias, com a capacidade de 22 abrigados, sendo oito mulheres e 14 crianças. Todos os quartos de família recebem ventilação satisfatória, e possuem vista privilegiada para o pátio interno.

**Figura 50** – Vista interna para o bloco principal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O refeitório, presente no térreo da edificação, conta com paredes construídas em elementos vazados, possibilitando dessa forma ventilação no pátio interno e no ambiente, o *layout* conta mesas individuais, de modo a proporcionar a privacidade dos indivíduos na realização de refeições. Tal ambiente encontra-se alocado próximo à cozinha, permitindo maior facilidade para a circulação de alimentos e pessoas. O setor de serviço, além de contar com refeitório e cozinha, também possui ambientes como depósito de alimentos, almoxarifado, depósito de material de limpeza, lavanderia, *lockers* e banheiro.

**Figura 51** – Vista interna para o bloco principal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Tal bloco também conta com um pátio interno, local de interação e promoção do bem-estar das mulheres através do contato com a natureza. O pátio também permite que os ambientes dos setores de maior permanência, tanto referente às atividades quanto ao abrigo, recebam ventilação e iluminação plenas.

**Figura 52** – Pátio Interno.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Teve-se como objetivo, resgatar o bem-estar dessas mulheres em situação de vulnerabilidade através de escolhas arquitetônicas. Por meio da escolha de cobertura em telha cerâmica, buscou-se trazer um elemento conhecido às mulheres brasileiras, provocando a sensação de familiaridade. Através do uso de materiais naturais como a madeira e pedra, pode-se trazer aconchego ao espaço. E por fim, a criação de áreas verdes ao ar livre foi pensada de modo a possibilitar um maior contato com a natureza e permitir a observação da passagem do tempo ao longo do dia, dessa forma, reduzindo a sensação de reclusão dos usuários, fazendo com que esta seja uma arquitetura que priorize o bem-estar destes.

## 6.6 Anteprojeto

O anteprojeto da CASA DELAS, produto do presente trabalho, conta com planta de implantação, *layout*, planta baixa, planta de cobertura, cortes, vistas e maquetes eletrônicas, em anexo no presente trabalho, enviado separadamente.

## CONCLUSÃO

Em suma, a partir do presente trabalho foi possível entender o contexto atual de violência contra a mulher e pôde-se concluir, com a pesquisa exploratória bibliográfica, que tal tipo de violência mostra-se recorrente no Brasil e no estado do Maranhão, perpetuando-se na sociedade como uma grave violação dos direitos humanos e como um problema de saúde pública.

Frente ao cenário atual, buscou-se propor uma casa abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís - MA, que se pautasse em uma arquitetura humanizada. Dessa forma, com a pesquisa, foi possível concluir que a arquitetura humanizada é aquela que prioriza o bem-estar das pessoas que estão inseridas nela, colocando os seus usuários como protagonistas do espaço e, no contexto do presente projeto, possibilitando a minimização de possíveis danos psicológicos causados após o trauma vivenciado pelas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Ao realizar estudos de caso de projetos referenciais destinados a atender e acolher mulheres em situação de violência, pode-se analisar o programa de necessidades de cada edificação, assim como soluções arquitetônicas utilizadas e ambientes alocados, contendo suas formas de implantação e conexão. Dessa forma, agregando para o desenvolvimento do presente trabalho.

Por fim, projeto proposto também pode contribuir de forma positiva na vida de mulheres que se encontram em situação de violência, auxiliando no rompimento do ciclo do abuso, fornecendo a estrutura necessária para que essas possam retomar suas vidas de forma íntegra, saudável e segura.

## REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 4ª ed. 2020. Disponível em: <[https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1\\_-03-08-2020.pdf](https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf)>. Acesso em 06 jun. 2023.

ARCH DAILY BRASIL. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects**. 2018. Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_projects](https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects)>. Acesso em: 03 maio 2023.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. **Shelter for Victims of Domestic Violence**, 2019. Disponível em: <<https://agarchitecture.net/portfolio/shelter-for-victims-of-domestic-violence/>>. Acesso em: 03 maio 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4ª ed. 1949.

BRASIL. **Lei Nº 3253 de 29/12/1992**. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. 1992. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=376539>>. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Lei Delegada Nº 033 de 11 de maio de 1.976**. Reestrutura o código de construções e dá outras providências. 1976. Disponível em: <[https://sogi8.sogi.com.br/Manager/texto/arquivo/exibir/arquivo?eyJ0eXAiOiJKV1QiLCJhbGciOiJIUzI1NiJ9AUFFIjAvMTA0MzZlZmVxdWlzaXRvX0x1Z2FsX1RleHRvLzAvMC9ET0NVTUVOVE8gMS5wZGYvMC8wIjAUFY8K8D52sAjAcmTViU9WgRr\\_79els2dnVodbd27DYZDg#:~:text=REESTRUTURA%20O%20C%3%93DIGO%20DE%20CONSTRU%3%87%3%95ES%20E%20D%3%81%20OUTRAS%20PROVID%3%8ANCIAS.&text=1%20%2D%20ACR%3%89SCIMO%20%2D%20aumento%20de%20uma,ou%20ampliando%20compartimentos%20j%3%A1%20existentes](https://sogi8.sogi.com.br/Manager/texto/arquivo/exibir/arquivo?eyJ0eXAiOiJKV1QiLCJhbGciOiJIUzI1NiJ9AUFFIjAvMTA0MzZlZmVxdWlzaXRvX0x1Z2FsX1RleHRvLzAvMC9ET0NVTUVOVE8gMS5wZGYvMC8wIjAUFY8K8D52sAjAcmTViU9WgRr_79els2dnVodbd27DYZDg#:~:text=REESTRUTURA%20O%20C%3%93DIGO%20DE%20CONSTRU%3%87%3%95ES%20E%20D%3%81%20OUTRAS%20PROVID%3%8ANCIAS.&text=1%20%2D%20ACR%3%89SCIMO%20%2D%20aumento%20de%20uma,ou%20ampliando%20compartimentos%20j%3%A1%20existentes)>. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em 03 maio 2023.

BRASIL, **Decreto Nº 11.431, de 8 de março de 2023**. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. 2023. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm)>. Acesso em: 03 maio 2023.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís/Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2021**. ISSN 1983-7364. Ano 15. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2020**. ISSN 1983-7364. Ano 14. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2ªed. 2019. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/)>. Acesso em 24 abr. 2023

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3ªed. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2023

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4ªed. 2023. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/)>. Acesso em 24 abr. 2023.

G1 MA. **São Luís registra mais de 500 casos de violência doméstica em 2022**. 2023. Disponível em <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/01/04/sao-luis-registra-mais-de-500-casos-de-violencia-domestica-em-2022.ghtml>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GOOGLE EARTH. **Google Earth website**. 2023. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em 24 abr. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM**. Brasília, 2004. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm#:~:text=Desde%20a%20sua%20cria%C3%A7%C3%A3o%20em,pol%C3%ADtico%20e%20cultural%20do%20Pa%C3%ADs>> Acesso em: 05 jun. 2023.

GOVERNO FEDERAL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-luis.html>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IMP - Instituto Maria da Penha. **O Ciclo da Violência**. 2023. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IMP - Instituto Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em 10 abr. 2023.

INCID - Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **Mapas**. 2010. Disponível em: <<https://saoluis.ma.gov.br/arquivodacidade/pagina/3475>>. Acesso em 10 jun. 2023.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. Cultrix, São Paulo, 2019.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite de; HASSELMAMM, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHARHEIM, Michael Eduardo. **A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: Panorama, motivações e formas de enfrentamento**. Cad. Saúde Pública vol. 36 n.º.4. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; MELO, Silas Nogueira; GURGEL, Helen da Costa; SILVA, Janderson Rocha. **Dinâmica espacial dos crimes violentos em mulheres no município de São Luís, MA**. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, 9., 2019, Blumenau – SC. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/36968>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos De Saúde Pública, 10, S7–S18.1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/#>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Diretrizes gerais e protocolos de atendimento**. Programa Mulher, viver sem violência. 2015. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/data/files/57/C0/01/F6/DA44A7109CEB34A7760849A8/Casa%20da%20Mulher%20Brasileira%20-%20Diretrizes%20gerais%20e%20protocolo%20de%20atendimento.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PAIVA, Andréa de. **Neurociência para Arquitetura: Como o Design de Edifícios Pode Influenciar Comportamentos e Desempenho**. 2018. 27 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Fundação Getulio Vargas, Fgv, Instituto de Desenvolvimento Educacional, São Paulo, 2018.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: A Arquitetura e os Sentidos. 1ªed. Editora: Bookman. 2011.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. **A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 267-276, jul./set. 2014.

SCHMID, Aloísio Leoni. **A ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído** 1.ed. Editora: Pacto Ambiental. 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/283318289\\_A\\_ideia\\_de\\_conforto\\_reflexoes\\_sobre\\_o\\_ambiente\\_construido](https://www.researchgate.net/publication/283318289_A_ideia_de_conforto_reflexoes_sobre_o_ambiente_construido)>. Acesso em 14 jun. 2023.

SOUSA, Ildenir Nascimento; DOS SANTOS, Fernanda Campos; ANTONIETTI, Camila Cristine. **Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia Covid-19: revisão integrativa**. v. 10, n. 1. 2021. Disponível em: <<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/679>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SPM - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia?>>. Acesso em: 02 maio 2023.

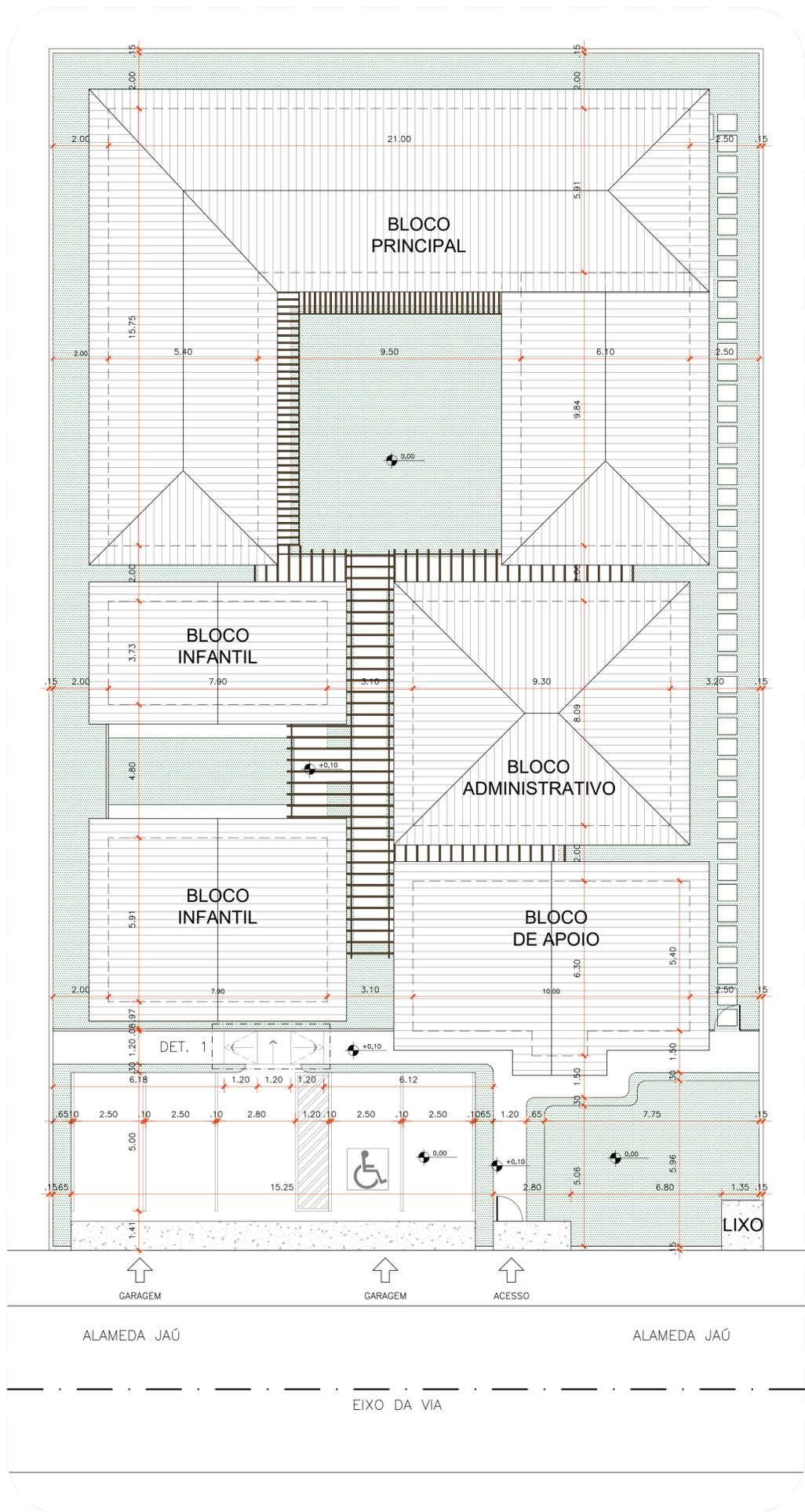
SPM - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência – Enfrentamento da Violência contra as mulheres**. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2023.

SPM - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Anexo II - Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3-TERMOS%20DE%20REFER%C3%8ANCIA%202007.pdf>>. [s.d.]. Acesso em: 02 jun. 2023.

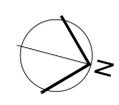
UNODC - *United Nations Office on Drugs and Crime*. **Global Study on Homicide, 2019**. 2019a. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

UNODC - *United Nations Office on Drugs and Crime*. **Homicídio mata mais do que conflitos armados, diz novo estudo do UNODC**. 2019b. Disponível em <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/homicidio-mata-mais-pessoas-do-que-conflitos-armados--diz-novo-estudo-do-unodc.html>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

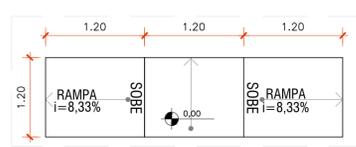
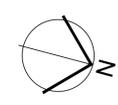
WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.



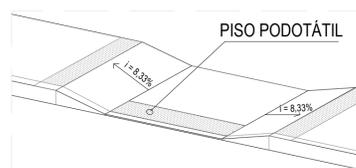
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:100



PLANTA DE SITUAÇÃO  
SEM ESCALA



DET. 1 - PLANTA RAMPA ACESSIBILIDADE  
SEM ESCALA

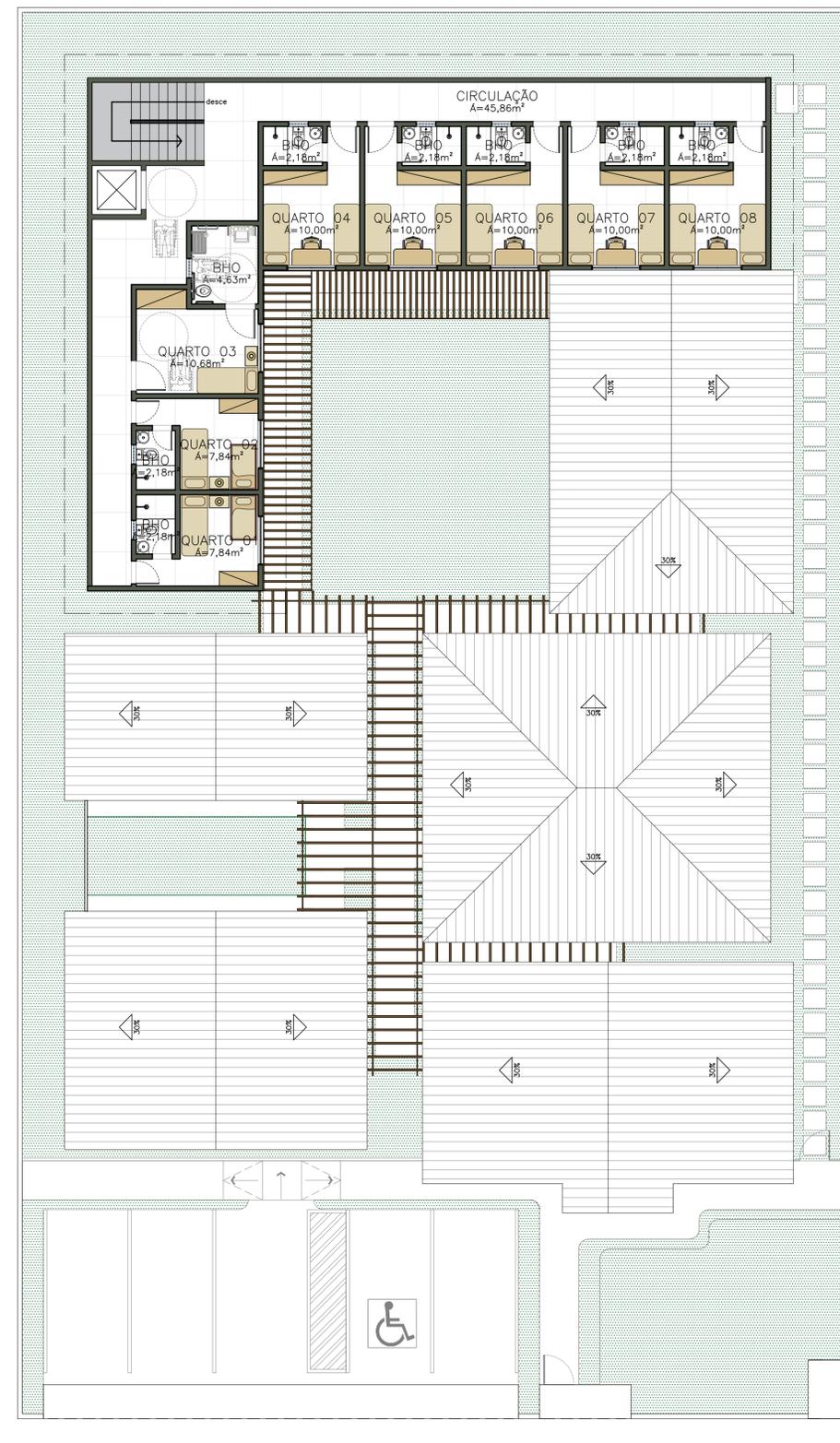


DET. 2 - RAMPA ACESSIBILIDADE  
ESCALA 1:100

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ORIENTADORA: LÚCIA MOREIRA DO NASCIMENTO CO-ORIENTADORA: GIOVANNA JANSEN DUALIBE ORIENTANDA: MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA		
PROJETO: CASA DELAS: Uma proposta de casa-abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís-MA.	FOLHA: 01   12	
ESCALA: 1/100	DATA: JULHO/2023	FASE DO PROJETO: ANTEPROJETO
DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO PLANTA DE IMPLANTAÇÃO		



PLANTA DE LAYOUT – PAV. TÉRREO  
ESCALA 1:100



PLANTA DE LAYOUT – 1º PAV.  
ESCALA 1:100

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ORIENTADORA: LÚCIA MOREIRA DO NASCIMENTO CO-ORIENTADORA: GIOVANNA JANSEN DUALIBE ORIENTANDA: MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA		
PROJETO: CASA DELAS: Uma proposta de casa-abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís-MA.	FOLHA: 02   12	
ESCALA: 1/100	DATA: JULHO/2023	FASE DO PROJETO: ANTEPROJETO
DESENHO: PLANTA DE LAYOUT – PAVIMENTO TÉRREO PLANTA DE LAYOUT – 1º PAVIMENTO		

LEGENDA DE ESQUADRIAS

PORTAS		DESCRIÇÃO	QTDE
NUMDIMENSÃO	PEITORIL		
P1	0,60 x 2,10	PORTA DE GIRO EM MADEIRA	01
P2	0,70 x 2,10	PORTA DE GIRO EM MADEIRA	01
P3	0,80 x 2,10	PORTA DE GIRO EM MADEIRA	01
P4	0,90 x 2,10	PORTA DE GIRO EM VIDRO E ESQUADRIA EM MADEIRA	01
P5	1,50 x 2,10	PORTA DE GIRO EM VIDRO E ESQUADRIA EM MADEIRA	01
P6	0,90 x 2,10	PORTA DE GIRO EM MADEIRA	01
P7	0,90 x 2,10	PORTA DE GIRO EM AÇO	01
P8	0,80 x 2,10	PORTA DE GIRO EM AÇO	01
P9	0,90 x 2,10	PORTA DE GIRO EM MADEIRA	01

JANELAS		DESCRIÇÃO	QTDE
NUMDIMENSÃO	PEITORIL		
J1	1,00 x 1,00	JANELA TIPO CAMARÃO 4 FOLHAS EM VIDRO E MADEIRA	01
J2	1,50 x 1,00	JANELA TIPO CAMARÃO 4 FOLHAS EM VIDRO E MADEIRA	01

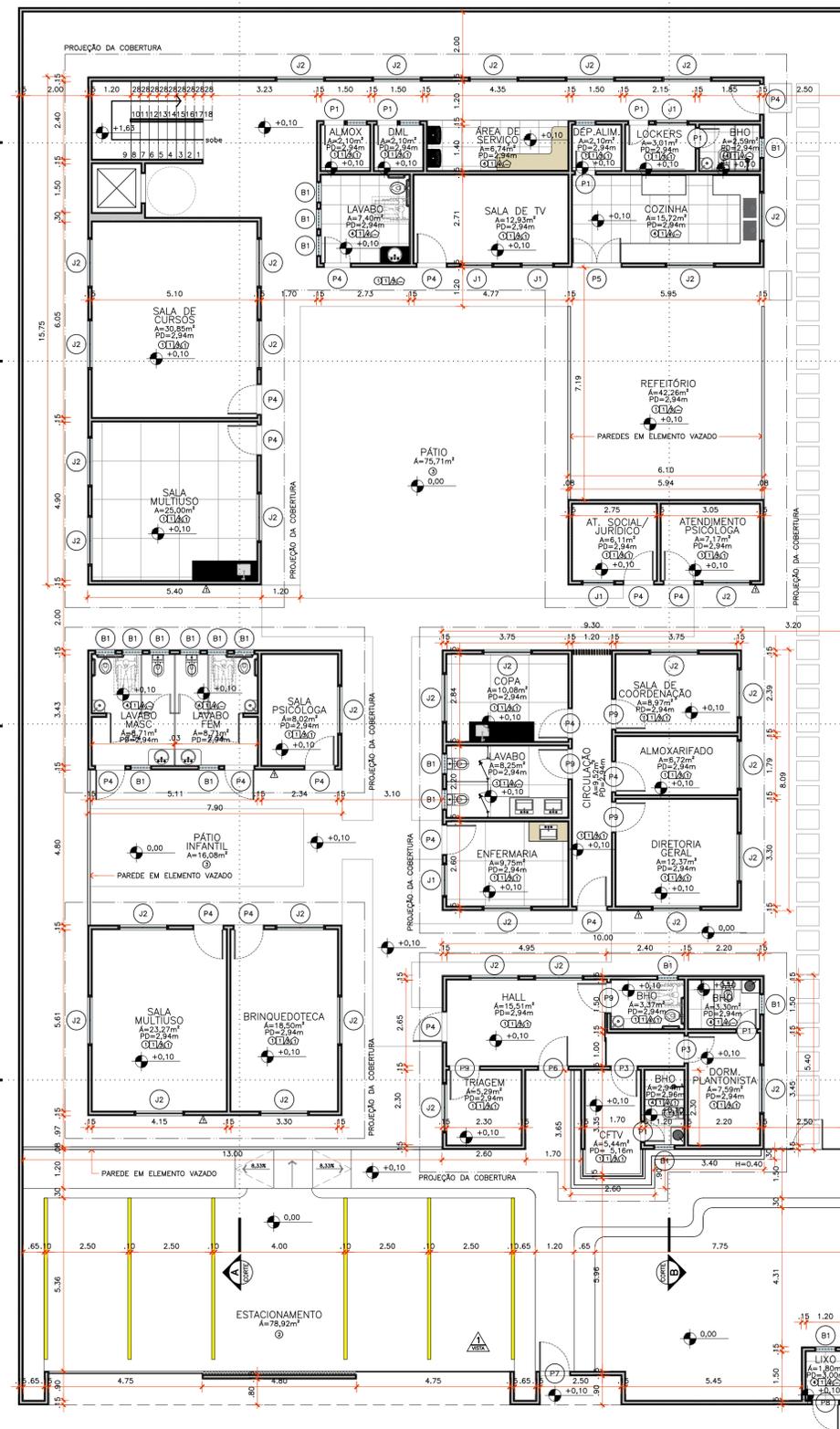
BASCULANTES		DESCRIÇÃO	QTDE
NUMDIMENSÃO	PEITORIL		
B1	0,60 x 0,50	BASCULANTE EM VIDRO E MADEIRA	01

LEGENDA DE MATERIAIS DE ACABAMENTO

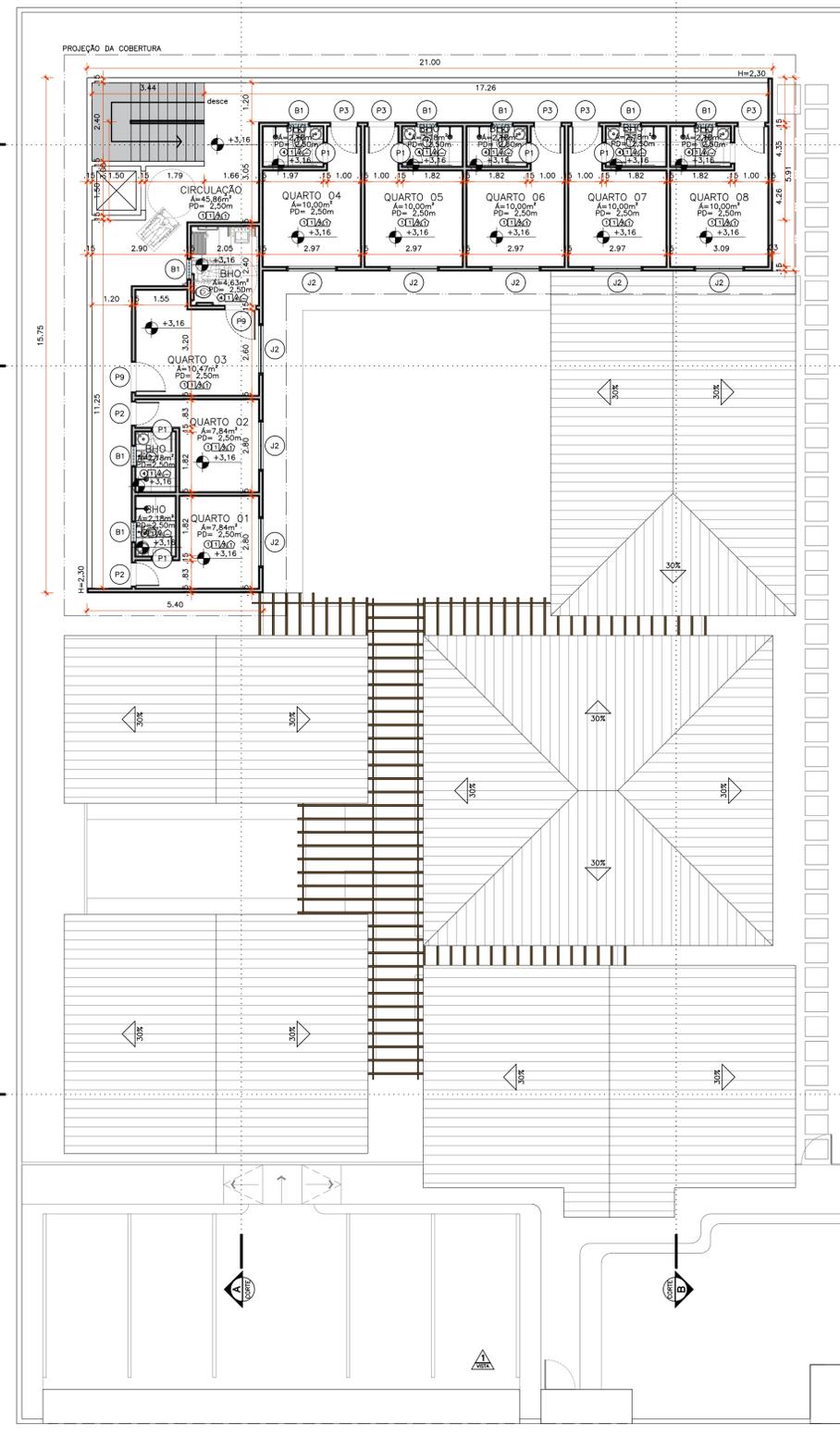
- PISOS
- 1 - PORCELANATO ACETINADO RETIFICADO CIMENTÍCIO A DEFINIR - DIM: 120cm x 120cm
- 2 - PISO EM BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO
- 3 - GRAMA VERDE ESMERALDA
- 4 - PORCELANATO ACETINADO RETIFICADO CIMENTÍCIO A DEFINIR - DIM: 60cm x 60cm
- △ PAREDES
- 1 - TRAVERTINO TUOLO ROCKFACE - DIM: 20,3cm X 7,5cm
- 2 - PINTURA ACRÍLICA NA COR CINZA A DEFINIR
- 3 - PINTURA ACRÍLICA NA COR BRANCO NEVE - SUVINIL
- 4 - PORCELANATO ACETINADO RETIFICADO CIMENTÍCIO A DEFINIR - DIM: 120cm x 120cm
- TETOS
- 1 - FORRO EM GESSO COM PINTURA LÁTEX NA COR BRANCO NEVE
- RODAPÉS
- 1 - FILETE DE PORCELANATO ACETINADO CIMENTÍCIO - h = 10cm

QUADRO DE ÁREAS

- ÁREA DO TERRENO: 1.096,50m<sup>2</sup>
- ÁREA DO PAVIMENTO TÉRREO: 440,24m<sup>2</sup>
- ÁREA DO PRIMEIRO PAVIMENTO: 177,26m<sup>2</sup>
- ÁREA TOTAL DA CONSTRUÇÃO: 617,50m<sup>2</sup>
- TAXA DE OCUPAÇÃO: 54,64%
- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO: 0,56
- ÁREA PERMEÁVEL: 405,31m<sup>2</sup>
- TAXA DE PERMEABILIDADE: 36,96%
- NÚMERO DE PAVIMENTOS: 02
- NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO: 04

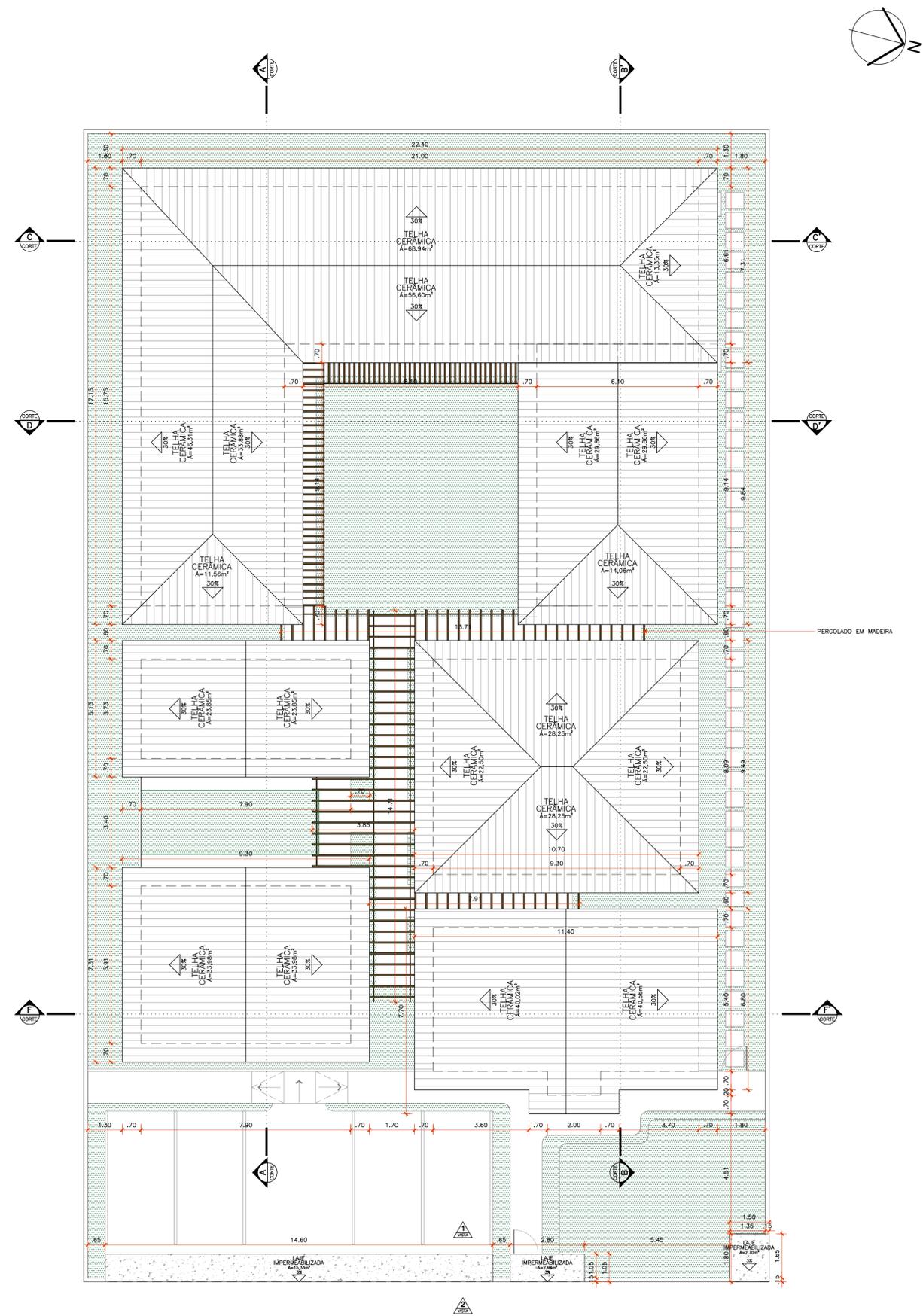


PLANTA BAIXA - PAV. TÉRREO  
ESCALA 1:100



PLANTA BAIXA - 1º PAV.  
ESCALA 1:100

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ORIENTADORA: LÚCIA MOREIRA DO NASCIMENTO CO-ORIENTADORA: GIOVANNA JANSEN DUALIBE ORIENTANDA: MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA	
PROJETO: CASA DELAS: Uma proposta de casa-abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís-MA.	DATA: JULHO/2023	FASE DO PROJETO: ANTEPROJETO
ESCALA: 1/100	DESENHO: PLANTA BAIXA - PAV. TÉRREO PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO	
FOLHA: 03   12		



PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:100

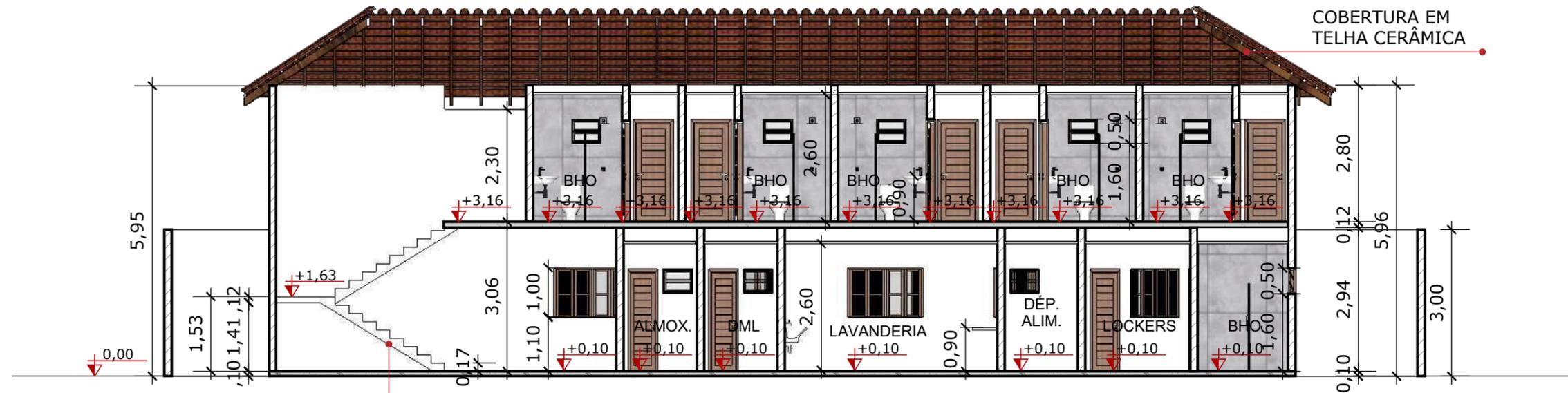
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ORIENTADORA: LÚCIA MOREIRA DO NASCIMENTO CO-ORIENTADORA: GIOVANNA JANSEN DUALIBE ORIENTANDA: MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA		
PROJETO: CASA DELAS: Uma proposta de casa-abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís-MA.		FOLHA:
ESCALA: 1/100	DATA: JULHO/2023	FASE DO PROJETO: ANTEPROJETO
DESENHO: PLANTA DE COBERTURA		04   12



CASA DELAS  
CORTE AA'  
ESCALA.: 1/100

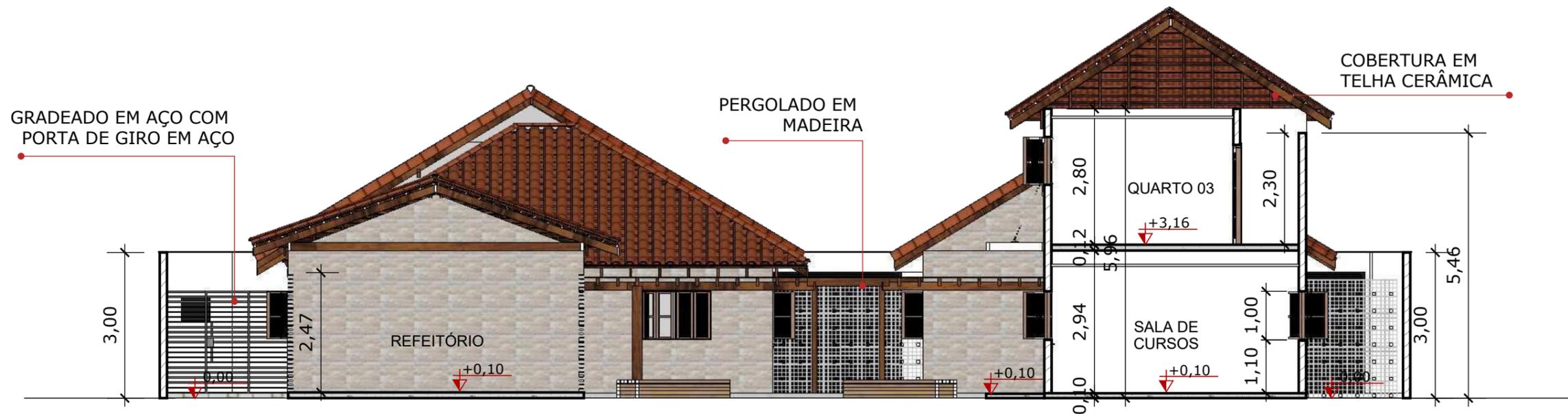


CASA DELAS  
CORTE BB'  
ESCALA.: 1/100



CASA DELAS  
CORTE CC'  
ESCALA.: 1/100

ESCADA  
ESTRUTURADA EM  
CONCRETO ARMADO



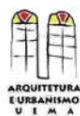
CASA DELAS  
CORTE DD'  
ESCALA.: 1/100

GRADEADO EM AÇO COM  
PORTA DE GIRO EM AÇO

PERGOLADO EM  
MADEIRA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO



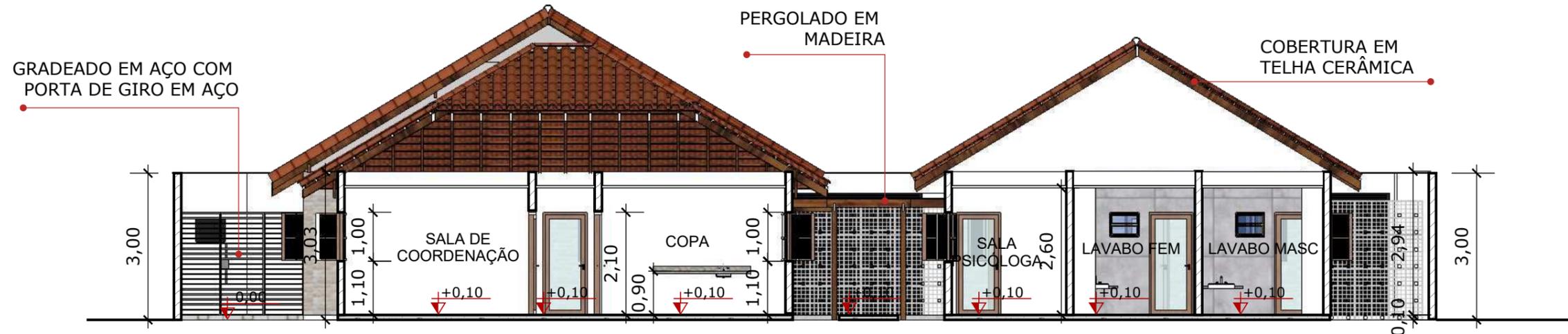
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. LÚCIA MOREIRA DO NASCIMENTO  
CO-ORIENTADORA: PROFA. DRA. GIOVANNA JANSEN DUAILIBE  
ORIENTANDA: MARIA EDUARDA EVERTON DURANS SOUSA

PROJETO:  
CASA DELAS: Uma proposta de casa abrigo para  
mulheres em situação de violência em São Luís-MA

DATA:  
JULHO/2023  
ESCALA:  
1/100

FASE DO PROJETO:  
ANTEPROJETO  
DESENHO:  
CORTE CC', CORTE DD'

PRANCHA:  
06/12



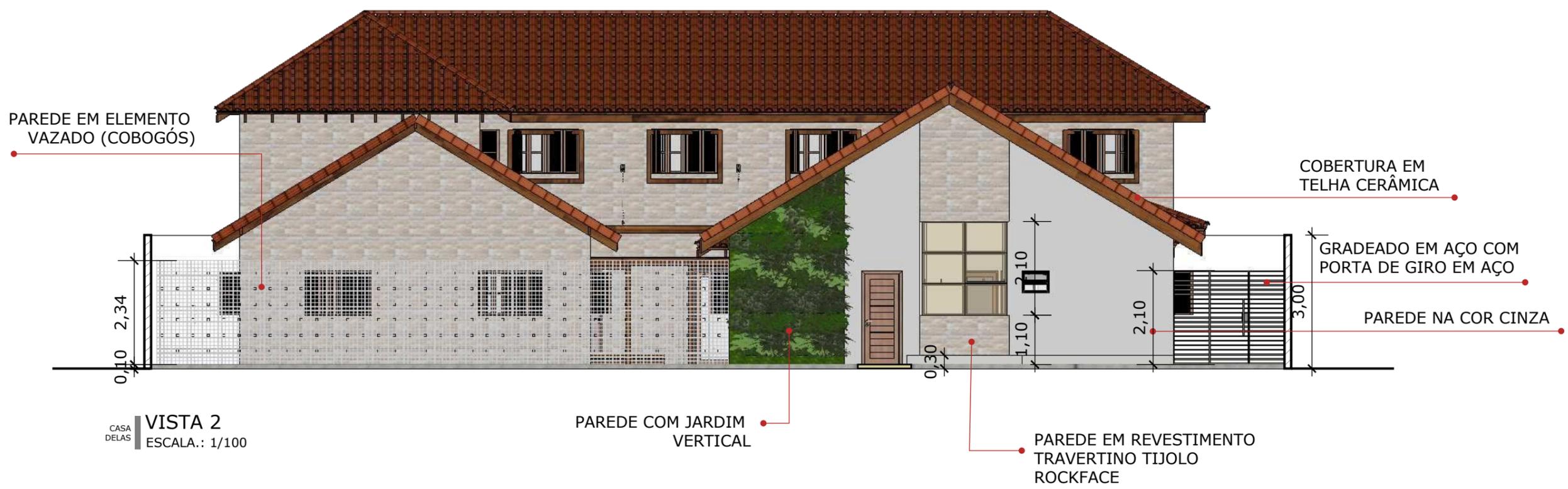
CASA DELAS  
CORTE EE'  
ESCALA.: 1/100



CASA DELAS  
CORTE FF'  
ESCALA.: 1/100



CASA DELAS  
**VISTA 1**  
ESCALA.: 1/100



CASA DELAS  
**VISTA 2**  
ESCALA.: 1/100



CASA DELAS | IMAGEM 3D - FACHADA EXTERNA  
SEM ESCALA



CASA DELAS | IMAGEM 3D - FACHADA INTERNA  
SEM ESCALA



CASA DELAS | IMAGEM 3D - BLOCO INFANTIL  
SEM ESCALA



CASA DELAS | IMAGEM 3D - PASSEIO  
SEM ESCALA



CASA DELAS | IMAGEM 3D - VIVÊNCIA PÁTIO  
SEM ESCALA



CASA DELAS | IMAGEM 3D - VIVÊNCIA PÁTIO  
SEM ESCALA



CASA DELAS | **IMAGEM 3D - REFEITÓRIO**  
SEM ESCALA